

**PRH
PARAGUAI**

**PLANO DE
RECURSOS
HÍDRICOS DA
RH-PARAGUAI**

**PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA
REGIÃO HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAI**

**RELATÓRIO FINAL | ANEXO II -
RESULTADOS DAS REUNIÕES PÚBLICAS E
OFICINAS REGIONAIS DO PLANO DE AÇÕES**
Março | 2018



**MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE**



APRESENTAÇÃO



Pantanal nas proximidades de Corumbá, MS
Fotografia: Ricardo Zig Koch Cavalcanti/Banco de imagens da ANA

O Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai – PRH Paraguai - é uma iniciativa do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, que decidiu por sua elaboração por meio da Resolução nº 152, de dezembro de 2013. Tal decisão está em consonância com as diretrizes para elaboração dos planos de recursos hídricos de bacias hidrográficas, estabelecidas pela Resolução CNRH nº 145/2012, que autoriza os Conselhos de Recursos Hídricos, de acordo com o respectivo domínio das águas, a decidir pela elaboração dos Planos em bacias ou regiões hidrográficas onde ainda não exista Comitê de Bacia.

Coube à Agência Nacional de Águas – ANA, como entidade gestora dos recursos hídricos de domínio da União, a responsabilidade pela elaboração do PRH Paraguai, que foi acompanhado conjuntamente pela instância específica definida na Resolução CNRH nº 152/2013 - o Grupo de Acompanhamento (GAP) da Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai, além do próprio CNRH, dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e da sociedade civil.

A Lei Federal nº 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos estabelece, em seu

Art. 4º, que a União articular-se-á com os Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum, estabelecendo, assim, uma diretriz básica para os entes federados, no que se refere à necessidade de articulação e cooperação, no âmbito da gestão dos recursos hídricos compartilhados entre os estados e a União.

Os trabalhos tiveram início em dezembro de 2014 e se desenvolveram por um período de três anos, contando com a participação ativa do GAP e dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, buscando-se alinhamento de expectativas e de conteúdos.

O processo de elaboração do PRH Paraguai contou, ainda, com a realização de uma série de eventos que tiveram por objetivo a difusão, mobilização e participação social, informando e ouvindo a sociedade da bacia e contribuindo para uma construção participativa do Plano.

O PRH Paraguai foi aprovado por unanimidade pelo CNRH em sua 40ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de março de 2018, em Brasília.

Voltado prioritariamente à implementação dos instrumentos de gestão previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos, o PRH Paraguai tem o propósito fundamental de reunir dados atualizados sobre a Região Hidrográfica do Rio Paraguai, interpretá-los e mapeá-los; definir cenários futuros; identificar áreas críticas e propor diretrizes para os instrumentos de gestão; estabelecer objetivos e metas; definir ações de curto, médio e longo prazos e os custos envolvidos, constituindo assim um instrumento de planejamento estratégico de longo prazo, para uma adequada gestão dos recursos hídricos desta região hidrográfica.

Foi priorizada a elaboração de propostas para a solução de problemas para os quais existe governança do sistema de gestão de recursos hídricos atuante na região, considerando seu nível e escala de competências, notadamente aqueles de responsabilidade dos órgãos gestores de recursos hídricos – ANA, SEMA/MT e IMASUL/MS.

O Plano constitui, assim, um ponto de partida imprescindível para a tomada de decisões rumo à sustentabilidade hídrica da Região Hidrográfica do Rio Paraguai sob uma visão integrada dos seus recursos hídricos, fortalecendo a atuação contínua e articulada dos diversos atores envolvidos, permitindo-lhes gerir os recursos hídricos de forma efetiva, garantindo o seu uso múltiplo, racional e sustentável, em benefício das gerações presentes e futuras.

ÍNDICE

	PÁG.
INTRODUÇÃO	II
PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DO PRH PARAGUAI (MATRIZ GUT)	1
INDICAÇÃO DE ÁREAS SUJEITAS À RESTRIÇÃO DE USOS VISANDO À PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	24
ATORES RELEVANTES NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PRH PARAGUAI	35

INTRODUÇÃO

Neste documento, anexo ao volume de textos do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai (PRH Paraguai), apresentam-se os resultados das Reuniões Públicas e Oficinas Regionais da etapa de Plano de Ações.

A participação pública na elaboração do PRH Paraguai foi entendida como essencial para a sua validação e, principalmente, para a incorporação da realidade percebida pelos atores que interferem na gestão dos recursos hídricos da região hidrográfica.

Nesse sentido, as Reuniões Públicas e Oficinas Regionais do Plano de Ações do PRH Paraguai tiveram por objetivo maior a difusão, mobilização e participação social, informando e ouvindo a sociedade da bacia, e contribuindo para uma construção participativa do PRH Paraguai.

Contribuíram também no levantamento de informações específicas quanto à realidade percebida pelos atores da bacia sobre três temas principais: (i) as ações prioritárias do PRH Paraguai, analisadas sob a ótica de sua Gravidade, Urgência e Tendência (GUT); (ii) a indicação de áreas sujeitas à restrição de usos visando à proteção dos recursos hídricos; e (iii) os atores considerados relevantes no processo de implementação das ações do PRH Paraguai.

Os eventos foram realizados em três municípios de Mato Grosso (Cáceres, Cuiabá e Rondonópolis) e três municípios de Mato Grosso do Sul (Coxim, Bonito e Corumbá), conforme agenda apresentada nos quadros abaixo.

REUNIÕES PÚBLICAS E OFICINAS REGIONAIS EM MATO GROSSO DO SUL

Data	Município	Período	Evento
20/11/2017	Coxim	Noite	Reunião Pública
21/11/2017	Coxim	Manhã	Oficina Regional
22/11/2017	Bonito	Manhã	Oficina Regional
22/11/2017	Bonito	Noite	Reunião Pública
23/11/2017	Corumbá	Noite	Reunião Pública
24/11/2017	Corumbá	Manhã	Oficina Regional

REUNIÕES PÚBLICAS E OFICINAS REGIONAIS EM MATO GROSSO

Data	Município	Período	Evento
04/12/2017	Cáceres	Noite	Reunião Pública
05/12/2017	Cáceres	Manhã	Oficina Regional
06/12/2017	Cuiabá	Manhã	Oficina Regional
06/12/2017	Cuiabá	Noite	Reunião Pública
07/12/2017	Rondonópolis	Noite	Reunião Pública
08/12/2017	Rondonópolis	Manhã	Oficina Regional

As contribuições recebidas em cada um dos três temas antes listados são apresentadas na sequência deste volume.

PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DO PRH PARAGUAI (MATRIZ GUT)

A dinâmica para identificação das ações prioritárias do PRH Paraguai foi realizada por ocasião das Oficinas Regionais e seguiu a metodologia GUT – Gravidade x Urgência x Tendência.

Para tanto, os participantes de cada Oficina foram divididos em três grupos, a saber:

- ✓ Grupo 1: análise e discussão das ações de curto prazo do PRH Paraguai (excluindo-se as ações do objetivo estratégico C.5 - Avaliar Efeitos da Implantação de Empreendimentos Hidrelétricos na RH-Paraguai, por já se encontrarem em execução pela ANA, já sendo consideradas, portanto, prioritárias);
- ✓ Grupos 2: análise e discussão das ações de médio e longo prazos dos componentes estratégicos A - Governança para o Gerenciamento dos Recursos Hídricos e B - Implementação e Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos;
- ✓ Grupo 3: análise e discussão das ações de médio e longo prazos dos componentes estratégicos C - Solução de Conflitos pelo Uso dos Recursos Hídricos e D - Conservação dos Recursos Hídricos.

Ao final da análise de todas as ações de um dado grupo, os participantes passavam para a análise e discussão das ações do grupo seguinte, de modo que todos os participantes puderam analisar e contribuir na priorização de todas as ações do Plano.

Seguindo a metodologia GUT, cada grupo atribuiu, para cada ação do Plano, uma nota para cada um dos quesitos - Gravidade, Urgência e Tendência - em uma escala de um a cinco pontos, conforme critérios constantes no quadro abaixo.

CRITÉRIOS PARA PONTUAÇÃO DA GRAVIDADE, URGÊNCIA E TENDÊNCIA

Nota	Gravidade (consequência se nada for feito)	Urgência (prazo para tomada de decisão)	Tendência (proporção do problema no futuro)	Nota Final G x U x T
5	Os prejuízos ou dificuldades são extremamente graves	É necessária uma ação imediata	Se nada for feito, o agravamento da situação será imediato	5 x 5 x 5 125
4	Muito graves	Com alguma urgência	Vai piorar em curto prazo	4 x 4 x 4 64
3	Graves	O mais cedo possível	Vai piorar em médio prazo	3 x 3 x 3 27
2	Pouco graves	Pode esperar um pouco	Vai piorar em longo prazo	2 x 2 x 2 8
1	Sem gravidades	Não tem pressa	Não vai piorar ou pode até melhorar	1 x 1 x 1 1

A Nota Final atribuída por um determinado grupo a cada ação foi posteriormente calculada através da multiplicação dos quesitos Gravidade x Urgência x Tendência, podendo variar no intervalo de 1 a 125, conforme demonstrado nesse quadro.

Na sequência, foi realizada a consolidação dos resultados de cada Oficina, obtendo-se, para cada ação do Plano, a Nota Final resultante da Oficina, calculada a partir da média das Notas Finais atribuída pelos três grupos participantes.

Por fim, foi realizada a consolidação final dos resultados, envolvendo as seis Oficinas Regionais, obtendo-se, para cada ação do Plano, uma única Nota Final, calculada a partir da média das Notas Finais resultantes de cada Oficina. Os resultados finais consolidados são apresentados nos quadros a seguir, com destaque às ações que receberam pontuação máxima em todos os quesitos ($G \times U \times T = 125$).

RESULTADO FINAL DA PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DE CURTO PRAZO (06 OFICINAS)

Posição	Ação	Nota Final
1	D.2.2 - Desenvolver estudo para avaliação de áreas de vulnerabilidade à contaminação para os aquíferos relacionados aos municípios cujo abastecimento público seja 100% dependente de águas subterrâneas	125
2	C.4.1 - Finalizar PMSBs em andamento e elaborar PMSBs faltantes (aspecto qualitativo)	115
3	C.3.1 - Finalizar PMSBs em andamento e elaborar PMSBs faltantes (aspecto quantitativo)	105
4	B.5.3 - Desenvolver estudos de enquadramento ou revisão para as bacias estaduais (propostas de metas e programas de efetivação)	104
5	C.2.1 - Realizar classificação das barragens submetidas à Lei 12.334/2010 quanto à categoria de risco e ao dano potencial associado	103
6	D.1.1 - Elaborar Plano de Comunicação e Educação Ambiental para as Ações do PRH Paraguai	101
7	C.4.4 - Elaborar estudo e apresentar proposta de alternativas para redução de cargas poluidoras remanescentes de origem difusa na zona rural	91
8	B.2.1 - Regulamentar a legislação sobre fiscalização dos usos de recursos hídricos nos estados, com procedimentos e critérios	90
9	B.5.1 - Desenvolver estudos complementares previstos na Resolução CNRH nº 91/2008 para os rios de domínio da União da RH-Paraguai (propostas de metas e programas de efetivação do enquadramento)	89
10	B.5.2 - Aprovar enquadramento dos corpos de água de domínio da União	88
11	C.1.1 - Elaborar estudo para proposição de rede de monitoramento de águas subterrâneas para a RH-Paraguai	85
12	B.4.2 - Elaborar relatórios anuais de monitoramento do PRH Paraguai e proposta de revisão de metas	70
13	B.4.1 - Desenvolver sistema de monitoramento do PRH Paraguai	69
14	A.2.2 - Desenvolver e aplicar curso de capacitação para os membros dos CBHs estaduais sobre o PRH Paraguai, suas metas, objetivos, diretrizes e programas	64
15	C.1.2 - Elaborar estudo para proposição de ajustes na rede de monitoramento de qualidade das águas superficiais (parâmetros, pontos e frequência)	58
16	A.2.1 - Realizar pelo menos dois cursos de capacitação para os funcionários de cada órgão gestor estadual quanto às responsabilidades relacionadas ao PRH e sistema de gestão	58
17	B.7.1 - Aprovar macroalocação de água por UPG na RH-Paraguai e estabelecer vazões de entrega (*)	49
18	A.2.3 - Realizar oficinas de integração anuais entre os CBHs estaduais e o GAP para discussão dos temas de maior relevância para a RH e troca de experiências	49
19	B.6.1 - Inserir o banco de dados do PRH Paraguai no Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos - SNIRH	45
20	C.1.3 - Atualizar a rede de monitoramento hidrometeorológico (qualidade e quantidade)	44
21	B.3.1 - Elaborar detalhamento do plano de ações para as diferentes UPGs da RH-Paraguai em função de suas especificidades	44
22	A.2.4 - Elaborar estudo e proposta de revisão da divisão hidrográfica dos estados em UPGs	32
23	B.6.2 - Inserir link no SNIRH para acesso direto às informações da RH-Paraguai e link nos sites dos órgãos gestores estaduais para acesso ao SNIRH - Link RH-Paraguai	29
24	A.2.5 - Formalizar a revisão da divisão hidrográfica estadual em UPGs	23

Nota: (*) Conforme definido pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos em sua 40ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de março de 2018, a meta B.7.1 foi posteriormente dirigida ao horizonte temporal de médio prazo do PRH Paraguai.

**RESULTADO FINAL DA PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZOS
COMPONENTES ESTRATÉGICOS A E B (06 OFICINAS)**

Posição	Ação	Nota Final
1	B.5.4 - Aprovar/Revisar enquadramento dos corpos de água de domínio estadual	113
2	B.5.5 - Implementar o Programa de Efetivação do Enquadramento na RH-Paraguai e elaborar pelo menos um relatório anual de monitoramento e verificação de atendimento às metas progressivas	110
3 e 4 (empate)	B.1.6 - Realizar processo de chamamento dos usuários para cadastro e solicitação de outorgas nas microbacias em situação de alto comprometimento hídrico, visando à regularização	107
	B.1.7 - Definir prioridades de usos dos recursos hídricos nas microbacias em situação de alto comprometimento hídrico	107
5 e 6 (empate)	B.1.1 - Elaborar estudo de proposição para revisão de procedimentos e metodologia de outorga para aproveitamentos hidrelétricos, com base nos resultados parciais consolidados dos estudos em curso pela ANA para a RH-Paraguai	106
	B.1.2 - Desenvolver estudos para o estabelecimento de vazões ou hidrogramas ecológicos para os principais cursos de água da RH-Paraguai	106
7	B.1.3 - Elaborar estudo para avaliação da metodologia utilizada para outorga de diluição de efluentes e desenvolver proposição de melhoria, considerando novos parâmetros de monitoramento (ex. bioindicadores) e cargas difusas	96
8	B.7.2 - Desenvolver estudo de alocação de água em microbacias com altos índices de comprometimento hídrico	93
9	B.7.3 - Emitir outorgas coletivas para microbacias com alto índice de comprometimento hídrico de acordo com processos de alocação negociada	83
10	B.8.2 - Desenvolver estudo para a avaliação de metodologias de PSA mais adequadas para implementação na RH-Paraguai	83
11	B.1.8 - Capacitar técnicos dos órgãos gestores para os novos procedimentos estabelecidos	81
12	B.6.3 - Incorporar a base de dados dos estudos de avaliação dos efeitos da implantação de aproveitamentos hidrelétricos, em curso pela ANA, à base da RH-Paraguai no SNIRH	80
13	B.1.4 - Formalizar revisão dos procedimentos e critérios de outorga de acordo com os resultados dos estudos previamente elaborados (efeito dos aproveitamentos hidrelétricos, definição de vazões/hidrogramas ecológicos e metodologia para outorga de diluição de efluentes)	76
14	A.1.1 - Elaborar estudo técnico que avalie alternativas de arranjo institucional para a RH-Paraguai, incluindo análise da sustentabilidade técnica, econômica, operacional e de mobilização do CBH Paraguai ou colegiado equivalente	75
15	B.1.5 - Implementar as metodologias e procedimentos de outorga propostos	72
16	A.1.2 - Formalizar e estruturar o arranjo institucional que se mostrar mais adequado para a RH-Paraguai	67
17	B.8.1 - Desenvolver estudo de alternativas de instrumentos econômicos para potencial aplicação na RH-Paraguai	35
18	B.3.3 - Atualizar o Manual Operativo do PRH Paraguai	19
19	A.1.3 - Elaborar estudo de alternativas de implementação de Agência de Água ou entidade que possa desempenhar esse papel para a RH-Paraguai	18
20	B.3.2 - Revisar Planos de Bacia Existentes	14

**RESULTADO FINAL DA PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZOS
COMPONENTES ESTRATÉGICOS C E D (06 OFICINAS)**

Posição	Ação	Nota Final
1	C.4.5 - Executar serviços e obras para redução das cargas poluidoras remanescentes urbanas atendendo às metas progressivas do enquadramento	109
2	C.4.3 - Elaborar proposta de ações para a redução dos índices de produção de sedimentos na região de planalto	106
3	D.2.4 - Desenvolver e implementar projetos de proteção e revitalização de APPs	105
4 e 5 (empate)	C.3.2 - Atualizar os PMSBs existentes e em elaboração (aspecto quantitativo)	94
	C.4.2 - Atualizar os PMSBs existentes e em elaboração (aspecto qualitativo)	94
6	C.4.6 - Executar serviços e obras para redução das cargas poluidoras remanescentes de origem difusa na zona rural	90
7	D.1.2 - Implementar ações do Plano de Comunicação e Educação Ambiental e elaborar relatórios anuais de monitoramento da eficiência das ações	88
8	C.2.3 - Elaborar plano anual para ações de fiscalização de segurança de barragens	87
9	C.2.2 - Definir e capacitar equipe técnica dos órgãos gestores para a fiscalização de segurança de barragens	83
10	D.2.5 - Contratar projetos de PSA com metodologias propostas no estudo realizado e elaborar relatórios anuais de monitoramento e verificação dos resultados	82
11	D.1.3 - Realizar curso voltado a produtores rurais relacionado a alternativas de conservação dos recursos hídricos, controle de cargas difusas e de processos erosivos	79
12	C.2.4 - Implementar ações de fiscalização previstas no plano elaborado, priorizando as barragens com maior criticidade na categoria de risco e dano potencial associado	79
13	C.3.4 - Executar serviços e obras para otimização de usos (irrigação) e redução de perdas (sistemas de abastecimento de água)	73
14	C.1.4 - Implementar rede de monitoramento de águas subterrâneas	71
15	C.3.3 - Elaborar estudo para avaliação do potencial de otimização do uso da água na irrigação na RH-Paraguai e apresentar proposta de metas de redução de demandas	66
16	D.2.7 - Elaborar relatórios anuais com os resultados do monitoramento da eficácia das ações de conservação de recursos hídricos na RH-Paraguai	62
17	C.1.5 - Elaborar relatório anual de monitoramento das vazões de entrega e qualidade das águas com base na rede de monitoramento hidrometeorológico	61
18	D.2.6 - Avaliar critérios relacionados à conservação dos recursos hídricos e considerá-los junto aos critérios do ICMS ecológico como forma de fortalecimento de suas ações	57
19	D.2.3 - Formalizar a criação de pelo menos uma área de restrição de uso dos recursos hídricos conforme proposta apresentada no PRH Paraguai	27
20	D.2.1 - Encaminhar para o Estado e União propostas de criação de UCs conforme APCBs instituídas e recomendadas pelo MMA	19

Complementarmente, apresentam-se na sequência os resultados da priorização das ações obtidos em cada Oficina Regional, com destaque às ações que receberam pontuação máxima em todos os quesitos ($G \times U \times T = 125$).

RESULTADO DA PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DE CURTO PRAZO – COXIM/MS

Oficina Regional realizada em 21/11/2017		
Posição	Ação	Nota Final
1 a 5 (empate)	C.2.1 - Realizar classificação das barragens submetidas à Lei 12.334/2010 quanto à categoria de risco e ao dano potencial associado	125
	C.3.1 - Finalizar PMSBs em andamento e elaborar PMSBs faltantes (aspecto quantitativo)	125
	C.4.1 - Finalizar PMSBs em andamento e elaborar PMSBs faltantes (aspecto qualitativo)	125
	C.4.4 - Elaborar estudo e apresentar proposta de alternativas para redução de cargas poluidoras remanescentes de origem difusa na zona rural	125
	D.2.2 - Desenvolver estudo para avaliação de áreas de vulnerabilidade à contaminação para os aquíferos relacionados aos municípios cujo abastecimento público seja 100% dependente de águas subterrâneas	125
6 e 7 (empate)	B.4.1 - Desenvolver sistema de monitoramento do PRH Paraguai	100
	B.4.2 - Elaborar relatórios anuais de monitoramento do PRH Paraguai e proposta de revisão de metas	100
8	B.2.1 - Regulamentar a legislação sobre fiscalização dos usos de recursos hídricos nos estados, com procedimentos e critérios	67
9	C.1.2 - Elaborar estudo para proposição de ajustes na rede de monitoramento de qualidade das águas superficiais (parâmetros, pontos e frequência)	64
10	B.5.3 - Desenvolver estudos de enquadramento ou revisão para as bacias estaduais (propostas de metas e programas de efetivação)	60
11 e 12 (empate)	B.3.1 - Elaborar detalhamento do plano de ações para as diferentes UPGs da RH-Paraguai em função de suas especificidades	48
	B.5.1 - Desenvolver estudos complementares previstos na Resolução CNRH nº 91/2008 para os rios de domínio da União da RH-Paraguai (propostas de metas e programas de efetivação do enquadramento)	48
13	A.2.1 - Realizar pelo menos dois cursos de capacitação para os funcionários de cada órgão gestor estadual quanto às responsabilidades relacionadas ao PRH e sistema de gestão	45
14	B.6.1 - Inserir o banco de dados do PRH Paraguai no Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos - SNIRH	45
15	B.5.2 - Aprovar enquadramento dos corpos de água de domínio da União	40
16	D.1.1 - Elaborar Plano de Comunicação e Educação Ambiental para as Ações do PRH Paraguai	36
17 a 19 (empate)	A.2.2 - Desenvolver e aplicar curso de capacitação para os membros dos CBHs estaduais sobre o PRH Paraguai, suas metas, objetivos, diretrizes e programas	28
	C.1.1 - Elaborar estudo para proposição de rede de monitoramento de águas subterrâneas para a RH-Paraguai	28
	C.1.3 - Atualizar a rede de monitoramento hidrometeorológico (qualidade e quantidade)	28
20	A.2.3 - Realizar oficinas de integração anuais entre os CBHs estaduais e o GAP para discussão dos temas de maior relevância para a RH e troca de experiências	22
21	B.6.2 - Inserir link no SNIRH para acesso direto às informações da RH-Paraguai e link nos sites dos órgãos gestores estaduais para acesso ao SNIRH - Link RH-Paraguai	16
22 e 23 (empate)	A.2.4 - Elaborar estudo e proposta de revisão da divisão hidrográfica dos estados em UPGs	12
	B.7.1 - Aprovar macroalocação de água por UPG na RH-Paraguai e estabelecer vazões de entrega (*)	12
24	A.2.5 - Formalizar a revisão da divisão hidrográfica estadual em UPGs	8

Nota: (*) Conforme definido pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos em sua 40ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de março de 2018, a meta B.7.1 foi posteriormente dirigida ao horizonte temporal de médio prazo do PRH Paraguai.

RESULTADO DA PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – COXIM/MS COMPONENTES ESTRATÉGICOS A E B

Oficina Regional realizada em 21/11/2017		
Posição	Ação	Nota Final
1 a 3 (empate)	B.1.1 - Elaborar estudo de proposição para revisão de procedimentos e metodologia de outorga para aproveitamentos hidrelétricos, com base nos resultados parciais consolidados dos estudos em curso pela ANA para a RH-Paraguai	125
	B.1.2 - Desenvolver estudos para o estabelecimento de vazões ou hidrogramas ecológicos para os principais cursos de água da RH-Paraguai	125
	B.1.3 - Elaborar estudo para avaliação da metodologia utilizada para outorga de diluição de efluentes e desenvolver proposição de melhoria, considerando novos parâmetros de monitoramento (ex. bioindicadores) e cargas difusas	125
4 e 5 (empate)	A.1.1 - Elaborar estudo técnico que avalie alternativas de arranjo institucional para a RH-Paraguai, incluindo análise da sustentabilidade técnica, econômica, operacional e de mobilização do CBH Paraguai ou colegiado equivalente	100
	B.5.4 - Aprovar/Revisar enquadramento dos corpos de água de domínio estadual	100
6	B.7.2 - Desenvolver estudo de alocação de água em microbacias com altos índices de comprometimento hídrico	87
7 a 9 (empate)	B.1.6 - Realizar processo de chamamento dos usuários para cadastro e solicitação de outorgas nas microbacias em situação de alto comprometimento hídrico, visando à regularização	80
	B.1.7 - Definir prioridades de usos dos recursos hídricos nas microbacias em situação de alto comprometimento hídrico	80
	B.5.5 - Implementar o Programa de Efetivação do Enquadramento na RH-Paraguai e elaborar pelo menos um relatório anual de monitoramento e verificação de atendimento às metas progressivas	80
10 e 11 (empate)	B.1.4 - Formalizar revisão dos procedimentos e critérios de outorga de acordo com os resultados dos estudos previamente elaborados (efeito dos aproveitamentos hidrelétricos, definição de vazões/hidrogramas ecológicos e metodologia para outorga de diluição de efluentes)	64
	B.1.5 - Implementar as metodologias e procedimentos de outorga propostos	64
12	B.1.8 - Capacitar técnicos dos órgãos gestores para os novos procedimentos estabelecidos	60
13	B.6.3 - Incorporar a base de dados dos estudos de avaliação dos efeitos da implantação de aproveitamentos hidrelétricos, em curso pela ANA, à base da RH-Paraguai no SNIRH	53
14 e 15 (empate)	A.1.2 - Formalizar e estruturar o arranjo institucional que se mostrar mais adequado para a RH-Paraguai	48
	B.8.2 - Desenvolver estudo para a avaliação de metodologias de PSA mais adequadas para implementação na RH-Paraguai	48
16	B.7.3 - Emitir outorgas coletivas para microbacias com alto índice de comprometimento hídrico de acordo com processos de alocação negociada	30
17	B.8.1 - Desenvolver estudo de alternativas de instrumentos econômicos para potencial aplicação na RH-Paraguai	27
18	B.3.2 - Revisar Planos de Bacia Existentes	8
19	A.1.3 - Elaborar estudo de alternativas de implementação de Agência de Água ou entidade que possa desempenhar esse papel para a RH-Paraguai	4
20	B.3.3 - Atualizar o Manual Operativo do PRH Paraguai	1

RESULTADO DA PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – COXIM/MS COMPONENTES ESTRATÉGICOS C E D

Oficina Regional realizada em 21/11/2017		
Posição	Ação	Nota Final
1 a 3 (empate)	C.4.5 - Executar serviços e obras para redução das cargas poluidoras remanescentes urbanas atendendo às metas progressivas do enquadramento	125
	C.4.6 - Executar serviços e obras para redução das cargas poluidoras remanescentes de origem difusa na zona rural	125
	D.2.4 - Desenvolver e implementar projetos de proteção e revitalização de APPs	125
4	C.4.3 - Elaborar proposta de ações para a redução dos índices de produção de sedimentos na região de planalto	76
5 a 9 (empate)	C.2.2 - Definir e capacitar equipe técnica dos órgãos gestores para a fiscalização de segurança de barragens	60
	C.2.3 - Elaborar plano anual para ações de fiscalização de segurança de barragens	60
	C.2.4 - Implementar ações de fiscalização previstas no plano elaborado, priorizando as barragens com maior criticidade na categoria de risco e dano potencial associado	60
	C.3.2 - Atualizar os PMSBs existentes e em elaboração (aspecto quantitativo)	60
	C.4.2 - Atualizar os PMSBs existentes e em elaboração (aspecto qualitativo)	60
10	D.2.5 - Contratar projetos de PSA com metodologias propostas no estudo realizado e elaborar relatórios anuais de monitoramento e verificação dos resultados	56
11 e 12 (empate)	C.1.4 - Implementar rede de monitoramento de águas subterrâneas	47
	C.1.5 - Elaborar relatório anual de monitoramento das vazões de entrega e qualidade das águas com base na rede de monitoramento hidrometeorológico	47
13	D.2.6 - Avaliar critérios relacionados à conservação dos recursos hídricos e considerá-los junto aos critérios do ICMS ecológico como forma de fortalecimento de suas ações	33
14 e 15 (empate)	D.1.2 - Implementar ações do Plano de Comunicação e Educação Ambiental e elaborar relatórios anuais de monitoramento da eficiência das ações	32
	D.1.3 - Realizar curso voltado a produtores rurais relacionado a alternativas de conservação dos recursos hídricos, controle de cargas difusas e de processos erosivos	32
16 a 18 (empate)	C.3.3 - Elaborar estudo para avaliação do potencial de otimização do uso da água na irrigação na RH-Paraguai e apresentar proposta de metas de redução de demandas	27
	C.3.4 - Executar serviços e obras para otimização de usos (irrigação) e redução de perdas (sistemas de abastecimento de água)	27
	D.2.7 - Elaborar relatórios anuais com os resultados do monitoramento da eficácia das ações de conservação de recursos hídricos na RH-Paraguai	27
19 e 20 (empate)	D.2.1 - Encaminhar para o Estado e União propostas de criação de UCs conforme APCBs instituídas e recomendadas pelo MMA	14
	D.2.3 - Formalizar a criação de pelo menos uma área de restrição de uso dos recursos hídricos conforme proposta apresentada no PRH Paraguai	14

RESULTADO DA PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DE CURTO PRAZO – BONITO/MS

Oficina Regional realizada em 22/11/2017		
Posição	Ação	Nota Final
1 a 4 (empate)	B.2.1 - Regular a legislação sobre fiscalização dos usos de recursos hídricos nos estados, com procedimentos e critérios	125
	C.1.2 - Elaborar estudo para proposição de ajustes na rede de monitoramento de qualidade das águas superficiais (parâmetros, pontos e frequência)	125
	D.1.1 - Elaborar Plano de Comunicação e Educação Ambiental para as Ações do PRH Paraguai	125
	D.2.2 - Desenvolver estudo para avaliação de áreas de vulnerabilidade à contaminação para os aquíferos relacionados aos municípios cujo abastecimento público seja 100% dependente de águas subterrâneas	125
5	A.2.4 - Elaborar estudo e proposta de revisão da divisão hidrográfica dos estados em UPGs	100
6	C.2.1 - Realizar classificação das barragens submetidas à Lei 12.334/2010 quanto à categoria de risco e ao dano potencial associado	92
7	A.2.1 - Realizar pelo menos dois cursos de capacitação para os funcionários de cada órgão gestor estadual quanto às responsabilidades relacionadas ao PRH e sistema de gestão	80
8 a 13 (empate)	B.5.1 - Desenvolver estudos complementares previstos na Resolução CNRH nº 91/2008 para os rios de domínio da União da RH-Paraguai (propostas de metas e programas de efetivação do enquadramento)	64
	B.5.2 - Aprovar enquadramento dos corpos de água de domínio da União	64
	B.5.3 - Desenvolver estudos de enquadramento ou revisão para as bacias estaduais (propostas de metas e programas de efetivação)	64
	C.1.1 - Elaborar estudo para proposição de rede de monitoramento de águas subterrâneas para a RH-Paraguai	64
	C.3.1 - Finalizar PMSBs em andamento e elaborar PMSBs faltantes (aspecto quantitativo)	64
	C.4.1 - Finalizar PMSBs em andamento e elaborar PMSBs faltantes (aspecto qualitativo)	64
14	C.4.4 - Elaborar estudo e apresentar proposta de alternativas para redução de cargas poluidoras remanescentes de origem difusa na zona rural	52
15 e 16 (empate)	A.2.5 - Formalizar a revisão da divisão hidrográfica estadual em UPGs	48
	B.3.1 - Elaborar detalhamento do plano de ações para as diferentes UPGs da RH-Paraguai em função de suas especificidades (*)	48
17	A.2.2 - Desenvolver e aplicar curso de capacitação para os membros dos CBHs estaduais sobre o PRH Paraguai, suas metas, objetivos, diretrizes e programas	36
18 a 21 (empate)	B.4.1 - Desenvolver sistema de monitoramento do PRH Paraguai	27
	B.4.2 - Elaborar relatórios anuais de monitoramento do PRH Paraguai e proposta de revisão de metas	27
	B.6.1 - Inserir o banco de dados do PRH Paraguai no Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos - SNIRH	27
	C.1.3 - Atualizar a rede de monitoramento hidrometeorológico (qualidade e quantidade)	27
22	B.7.1 - Aprovar macroalocação de água por UPG na RH-Paraguai e estabelecer vazões de entrega (**)	19
23	A.2.3 - Realizar oficinas de integração anuais entre os CBHs estaduais e o GAP para discussão dos temas de maior relevância para a RH e troca de experiências	18
24	B.6.2 - Inserir link no SNIRH para acesso direto às informações da RH-Paraguai e link nos sites dos órgãos gestores estaduais para acesso ao SNIRH - Link RH-Paraguai	8

Notas: (*) A meta B.3.1 foi posteriormente destacada pelo IMASUL, durante a Reunião Pública de Bonito/MS, como fundamental para a RH-Paraguai.

(**) Conforme definido pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos em sua 40ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de março de 2018, a meta B.7.1 foi posteriormente dirigida ao horizonte temporal de médio prazo do PRH Paraguai.

**RESULTADO DA PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – BONITO/MS
COMPONENTES ESTRATÉGICOS A E B**

Oficina Regional realizada em 22/11/2017		
Posição	Ação	Nota Final
1 e 2 (empate)	B.5.4 - Aprovar/Revisar enquadramento dos corpos de água de domínio estadual	125
	B.5.5 - Implementar o Programa de Efetivação do Enquadramento na RH-Paraguai e elaborar pelo menos um relatório anual de monitoramento e verificação de atendimento às metas progressivas	125
3 a 6 (empate)	B.1.1 - Elaborar estudo de proposição para revisão de procedimentos e metodologia de outorga para aproveitamentos hidrelétricos, com base nos resultados parciais consolidados dos estudos em curso pela ANA para a RH-Paraguai	105
	B.1.2 - Desenvolver estudos para o estabelecimento de vazões ou hidrogramas ecológicos para os principais cursos de água da RH-Paraguai	105
	B.1.3 - Elaborar estudo para avaliação da metodologia utilizada para outorga de diluição de efluentes e desenvolver proposição de melhoria, considerando novos parâmetros de monitoramento (ex. bioindicadores) e cargas difusas	105
	B.1.8 - Capacitar técnicos dos órgãos gestores para os novos procedimentos estabelecidos	105
7 e 8 (empate)	B.7.2 - Desenvolver estudo de alocação de água em microbacias com altos índices de comprometimento hídrico	100
	B.7.3 - Emitir outorgas coletivas para microbacias com alto índice de comprometimento hídrico de acordo com processos de alocação negociada	100
9 e 10 (empate)	B.1.6 - Realizar processo de chamamento dos usuários para cadastro e solicitação de outorgas nas microbacias em situação de alto comprometimento hídrico, visando à regularização	84
	B.1.7 - Definir prioridades de usos dos recursos hídricos nas microbacias em situação de alto comprometimento hídrico	84
11 e 12 (empate)	B.1.4 - Formalizar revisão dos procedimentos e critérios de outorga de acordo com os resultados dos estudos previamente elaborados (efeito dos aproveitamentos hidrelétricos, definição de vazões/hidrogramas ecológicos e metodologia para outorga de diluição de efluentes)	52
	B.1.5 - Implementar as metodologias e procedimentos de outorga propostos	52
13 e 14 (empate)	A.1.1 - Elaborar estudo técnico que avalie alternativas de arranjo institucional para a RH-Paraguai, incluindo análise da sustentabilidade técnica, econômica, operacional e de mobilização do CBH Paraguai ou colegiado equivalente	48
	A.1.2 - Formalizar e estruturar o arranjo institucional que se mostrar mais adequado para a RH-Paraguai	48
15	B.8.2 - Desenvolver estudo para a avaliação de metodologias de PSA mais adequadas para implementação na RH-Paraguai	39
16	B.6.3 - Incorporar a base de dados dos estudos de avaliação dos efeitos da implantação de aproveitamentos hidrelétricos, em curso pela ANA, à base da RH-Paraguai no SNIRH	27
17	A.1.3 - Elaborar estudo de alternativas de implementação de Agência de Água ou entidade que possa desempenhar esse papel para a RH-Paraguai	12
18 a 20 (empate)	B.3.2 - Revisar Planos de Bacia Existentes	8
	B.3.3 - Atualizar o Manual Operativo do PRH Paraguai	8
	B.8.1 - Desenvolver estudo de alternativas de instrumentos econômicos para potencial aplicação na RH-Paraguai	8

RESULTADO DA PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – BONITO/MS COMPONENTES ESTRATÉGICOS C E D

Oficina Regional realizada em 22/11/2017		
Posição	Ação	Nota Final
1	C.4.3 - Elaborar proposta de ações para a redução dos índices de produção de sedimentos na região de planalto	125
2 a 5 (empate)	C.3.3 - Elaborar estudo para avaliação do potencial de otimização do uso da água na irrigação na RH-Paraguai e apresentar proposta de metas de redução de demandas	100
	D.1.2 - Implementar ações do Plano de Comunicação e Educação Ambiental e elaborar relatórios anuais de monitoramento da eficiência das ações	100
	D.1.3 - Realizar curso voltado a produtores rurais relacionado a alternativas de conservação dos recursos hídricos, controle de cargas difusas e de processos erosivos	100
	D.2.4 - Desenvolver e implementar projetos de proteção e revitalização de APPs	100
6	C.3.4 - Executar serviços e obras para otimização de usos (irrigação) e redução de perdas (sistemas de abastecimento de água)	92
7 e 8 (empate)	C.2.2 - Definir e capacitar equipe técnica dos órgãos gestores para a fiscalização de segurança de barragens	87
	C.4.5 - Executar serviços e obras para redução das cargas poluidoras remanescentes urbanas atendendo às metas progressivas do enquadramento	87
9	D.2.6 - Avaliar critérios relacionados à conservação dos recursos hídricos e considerá-los junto aos critérios do ICMS ecológico como forma de fortalecimento de suas ações	80
10	C.2.3 - Elaborar plano anual para ações de fiscalização de segurança de barragens	75
11 a 15 (empate)	C.2.4 - Implementar ações de fiscalização previstas no plano elaborado, priorizando as barragens com maior criticidade na categoria de risco e dano potencial associado	60
	C.3.2 - Atualizar os PMSBs existentes e em elaboração (aspecto quantitativo)	60
	C.4.2 - Atualizar os PMSBs existentes e em elaboração (aspecto qualitativo)	60
	D.2.5 - Contratar projetos de PSA com metodologias propostas no estudo realizado e elaborar relatórios anuais de monitoramento e verificação dos resultados	60
	D.2.3 - Formalizar a criação de pelo menos uma área de restrição de uso dos recursos hídricos conforme proposta apresentada no PRH Paraguai	60
16	C.1.5 - Elaborar relatório anual de monitoramento das vazões de entrega e qualidade das águas com base na rede de monitoramento hidrometeorológico	45
17	C.1.4 - Implementar rede de monitoramento de águas subterrâneas	39
18	D.2.7 - Elaborar relatórios anuais com os resultados do monitoramento da eficácia das ações de conservação de recursos hídricos na RH-Paraguai	36
19	C.4.6 - Executar serviços e obras para redução das cargas poluidoras remanescentes de origem difusa na zona rural	30
20	D.2.1 - Encaminhar para o Estado e União propostas de criação de UCs conforme APCBs instituídas e recomendadas pelo MMA	27

RESULTADO DA PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DE CURTO PRAZO – CORUMBÁ/MS

Oficina Regional realizada em 24/11/2017		
Posição	Ação	Nota Final
1 a 7 (empate)	B.3.1 - Elaborar detalhamento do plano de ações para as diferentes UPGs da RH-Paraguai em função de suas especificidades	125
	B.5.3 - Desenvolver estudos de enquadramento ou revisão para as bacias estaduais (propostas de metas e programas de efetivação)	125
	C.1.1 - Elaborar estudo para proposição de rede de monitoramento de águas subterrâneas para a RH-Paraguai	125
	C.1.3 - Atualizar a rede de monitoramento hidrometeorológico (qualidade e quantidade)	125
	C.3.1 - Finalizar PMSBs em andamento e elaborar PMSBs faltantes (aspecto quantitativo)	125
	C.4.1 - Finalizar PMSBs em andamento e elaborar PMSBs faltantes (aspecto qualitativo)	125
	D.2.2 - Desenvolver estudo para avaliação de áreas de vulnerabilidade à contaminação para os aquíferos relacionados aos municípios cujo abastecimento público seja 100% dependente de águas subterrâneas	125
8	B.7.1 - Aprovar macroalocação de água por UPG na RH-Paraguai e estabelecer vazões de entrega (*)	117
9	B.2.1 - Regulamentar a legislação sobre fiscalização dos usos de recursos hídricos nos estados, com procedimentos e critérios	108
10	B.4.2 - Elaborar relatórios anuais de monitoramento do PRH Paraguai e proposta de revisão de metas	105
11	A.2.3 - Realizar oficinas de integração anuais entre os CBHs estaduais e o GAP para discussão dos temas de maior relevância para a RH e troca de experiências	95
12	C.4.4 - Elaborar estudo e apresentar proposta de alternativas para redução de cargas poluidoras remanescentes de origem difusa na zona rural	95
13 e 14 (empate)	B.5.1 - Desenvolver estudos complementares previstos na Resolução CNRH nº 91/2008 para os rios de domínio da União da RH-Paraguai (propostas de metas e programas de efetivação do enquadramento)	93
	B.5.2 - Aprovar enquadramento dos corpos de água de domínio da União	93
15	A.2.2 - Desenvolver e aplicar curso de capacitação para os membros dos CBHs estaduais sobre o PRH Paraguai, suas metas, objetivos, diretrizes e programas	88
16	C.2.1 - Realizar classificação das barragens submetidas à Lei 12.334/2010 quanto à categoria de risco e ao dano potencial associado	87
17	D.1.1 - Elaborar Plano de Comunicação e Educação Ambiental para as Ações do PRH Paraguai	84
18	C.1.2 - Elaborar estudo para proposição de ajustes na rede de monitoramento de qualidade das águas superficiais (parâmetros, pontos e frequência)	80
19	B.4.1 - Desenvolver sistema de monitoramento do PRH Paraguai	79
20	B.6.2 - Inserir link no SNIRH para acesso direto às informações da RH-Paraguai e link nos sites dos órgãos gestores estaduais para acesso ao SNIRH - Link RH-Paraguai	64
21	B.6.1 - Inserir o banco de dados do PRH Paraguai no Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos - SNIRH	57
22	A.2.1 - Realizar pelo menos dois cursos de capacitação para os funcionários de cada órgão gestor estadual quanto às responsabilidades relacionadas ao PRH e sistema de gestão	55
23	A.2.4 - Elaborar estudo e proposta de revisão da divisão hidrográfica dos estados em UPGs	4
24	A.2.5 - Formalizar a revisão da divisão hidrográfica estadual em UPGs	4

Nota: (*) Conforme definido pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos em sua 40ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de março de 2018, a meta B.7.1 foi posteriormente dirigida ao horizonte temporal de médio prazo do PRH Paraguai.

**RESULTADO DA PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZOS –
CORUMBÁ/MS – COMPONENTES ESTRATÉGICOS A E B**

Oficina Regional realizada em 24/11/2017		
Posição	Ação	Nota Final
1	B.6.3 - Incorporar a base de dados dos estudos de avaliação dos efeitos da implantação de aproveitamentos hidrelétricos, em curso pela ANA, à base da RH-Paraguai no SNIRH	125
2 a 6 (empate)	B.1.6 - Realizar processo de chamamento dos usuários para cadastro e solicitação de outorgas nas microbacias em situação de alto comprometimento hídrico, visando à regularização	100
	B.1.7 - Definir prioridades de usos dos recursos hídricos nas microbacias em situação de alto comprometimento hídrico	100
	B.1.8 - Capacitar técnicos dos órgãos gestores para os novos procedimentos estabelecidos	100
	B.7.2 - Desenvolver estudo de alocação de água em microbacias com altos índices de comprometimento hídrico	100
	B.7.3 - Emitir outorgas coletivas para microbacias com alto índice de comprometimento hídrico de acordo com processos de alocação negociada	100
7 e 8 (empate)	A.1.1 - Elaborar estudo técnico que avalie alternativas de arranjo institucional para a RH-Paraguai, incluindo análise da sustentabilidade técnica, econômica, operacional e de mobilização do CBH Paraguai ou colegiado equivalente	98
	A.1.2 - Formalizar e estruturar o arranjo institucional que se mostrar mais adequado para a RH-Paraguai	98
9	B.8.2 - Desenvolver estudo para a avaliação de metodologias de PSA mais adequadas para implementação na RH-Paraguai	80
10 e 11 (empate)	B.5.4 - Aprovar/Revisar enquadramento dos corpos de água de domínio estadual	80
	B.5.5 - Implementar o Programa de Efetivação do Enquadramento na RH-Paraguai e elaborar pelo menos um relatório anual de monitoramento e verificação de atendimento às metas progressivas	80
12 a 13 (empate)	B.1.4 - Formalizar revisão dos procedimentos e critérios de outorga de acordo com os resultados dos estudos previamente elaborados (efeito dos aproveitamentos hidrelétricos, definição de vazões/hidrogramas ecológicos e metodologia para outorga de diluição de efluentes)	72
	B.1.5 - Implementar as metodologias e procedimentos de outorga propostos	72
14 a 16 (empate)	B.1.1 - Elaborar estudo de proposição para revisão de procedimentos e metodologia de outorga para aproveitamentos hidrelétricos, com base nos resultados parciais consolidados dos estudos em curso pela ANA para a RH-Paraguai	51
	B.1.2 - Desenvolver estudos para o estabelecimento de vazões ou hidrogramas ecológicos para os principais cursos de água da RH-Paraguai	51
	B.1.3 - Elaborar estudo para avaliação da metodologia utilizada para outorga de diluição de efluentes e desenvolver proposição de melhoria, considerando novos parâmetros de monitoramento (ex. bioindicadores) e cargas difusas	51
17	A.1.3 - Elaborar estudo de alternativas de implementação de Agência de Água ou entidade que possa desempenhar esse papel para a RH-Paraguai	39
18	B.8.1 - Desenvolver estudo de alternativas de instrumentos econômicos para potencial aplicação na RH-Paraguai	27
19 e 20 (empate)	B.3.2 - Revisar Planos de Bacia Existentes	12
	B.3.3 - Atualizar o Manual Operativo do PRH Paraguai	12

**RESULTADO DA PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZOS –
CORUMBÁ/MS – COMPONENTES ESTRATÉGICOS C E D**

Oficina Regional realizada em 24/11/2017		
Posição	Ação	Nota Final
1 e 2 (empate)	C.4.3 - Elaborar proposta de ações para a redução dos índices de produção de sedimentos na região de planalto	125
	D.2.4 - Desenvolver e implementar projetos de proteção e revitalização de APPs	125
3 e 4 (empate)	C.4.5 - Executar serviços e obras para redução das cargas poluidoras remanescentes urbanas atendendo às metas progressivas do enquadramento	108
	C.4.6 - Executar serviços e obras para redução das cargas poluidoras remanescentes de origem difusa na zona rural	108
5 e 6 (empate)	C.1.4 - Implementar rede de monitoramento de águas subterrâneas	95
	C.2.3 - Elaborar plano anual para ações de fiscalização de segurança de barragens	95
7 e 8 (empate)	C.3.2 - Atualizar os PMSBs existentes e em elaboração (aspecto quantitativo)	92
	C.4.2 - Atualizar os PMSBs existentes e em elaboração (aspecto qualitativo)	92
9	D.2.5 - Contratar projetos de PSA com metodologias propostas no estudo realizado e elaborar relatórios anuais de monitoramento e verificação dos resultados	92
10	C.3.3 - Elaborar estudo para avaliação do potencial de otimização do uso da água na irrigação na RH-Paraguai e apresentar proposta de metas de redução de demandas	75
11	C.1.5 - Elaborar relatório anual de monitoramento das vazões de entrega e qualidade das águas com base na rede de monitoramento hidrometeorológico	74
12	D.1.3 - Realizar curso voltado a produtores rurais relacionado a alternativas de conservação dos recursos hídricos, controle de cargas difusas e de processos erosivos	71
13	D.1.2 - Implementar ações do Plano de Comunicação e Educação Ambiental e elaborar relatórios anuais de monitoramento da eficiência das ações	64
14	C.2.2 - Definir e capacitar equipe técnica dos órgãos gestores para a fiscalização de segurança de barragens	62
15	C.2.4 - Implementar ações de fiscalização previstas no plano elaborado, priorizando as barragens com maior criticidade na categoria de risco e dano potencial associado	60
16	D.2.6 - Avaliar critérios relacionados à conservação dos recursos hídricos e considerá-los junto aos critérios do ICMS ecológico como forma de fortalecimento de suas ações	58
17	C.3.4 - Executar serviços e obras para otimização de usos (irrigação) e redução de perdas (sistemas de abastecimento de água)	56
18	D.2.7 - Elaborar relatórios anuais com os resultados do monitoramento da eficácia das ações de conservação de recursos hídricos na RH-Paraguai	55
19	D.2.3 - Formalizar a criação de pelo menos uma área de restrição de uso dos recursos hídricos conforme proposta apresentada no PRH Paraguai	34
20	D.2.1 - Encaminhar para o Estado e União propostas de criação de UCs conforme APCBs instituídas e recomendadas pelo MMA	21

RESULTADO DA PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DE CURTO PRAZO – CÁCERES/MT

Oficina Regional realizada em 05/12/2017		
Posição	Ação	Nota Final
1 a 10 (empate)	A.2.2 - Desenvolver e aplicar curso de capacitação para os membros dos CBHs estaduais sobre o PRH Paraguai, suas metas, objetivos, diretrizes e programas	125
	B.2.1 - Regulamentar a legislação sobre fiscalização dos usos de recursos hídricos nos estados, com procedimentos e critérios	125
	B.5.1 - Desenvolver estudos complementares previstos na Resolução CNRH nº 91/2008 para os rios de domínio da União da RH-Paraguai (propostas de metas e programas de efetivação do enquadramento)	125
	B.5.2 - Aprovar enquadramento dos corpos de água de domínio da União	125
	B.5.3 - Desenvolver estudos de enquadramento ou revisão para as bacias estaduais (propostas de metas e programas de efetivação)	125
	C.2.1 - Realizar classificação das barragens submetidas à Lei 12.334/2010 quanto à categoria de risco e ao dano potencial associado	125
	C.3.1 - Finalizar PMSBs em andamento e elaborar PMSBs faltantes (aspecto quantitativo)	125
	C.4.1 - Finalizar PMSBs em andamento e elaborar PMSBs faltantes (aspecto qualitativo)	125
	C.4.4 - Elaborar estudo e apresentar proposta de alternativas para redução de cargas poluidoras remanescentes de origem difusa na zona rural	125
	D.2.2 - Desenvolver estudo para avaliação de áreas de vulnerabilidade à contaminação para os aquíferos relacionados aos municípios cujo abastecimento público seja 100% dependente de águas subterrâneas	125
11	D.1.1 - Elaborar Plano de Comunicação e Educação Ambiental para as Ações do PRH Paraguai	108
12	A.2.1 - Realizar pelo menos dois cursos de capacitação para os funcionários de cada órgão gestor estadual quanto às responsabilidades relacionadas ao PRH e sistema de gestão	100
13	B.4.1 - Desenvolver sistema de monitoramento do PRH Paraguai	89
14	A.2.3 - Realizar oficinas de integração anuais entre os CBHs estaduais e o GAP para discussão dos temas de maior relevância para a RH e troca de experiências	71
15	B.4.2 - Elaborar relatórios anuais de monitoramento do PRH Paraguai e proposta de revisão de metas	69
16 e 17 (empate)	B.6.1 - Inserir o banco de dados do PRH Paraguai no Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos - SNIRH	52
	B.6.2 - Inserir link no SNIRH para acesso direto às informações da RH-Paraguai e link nos sites dos órgãos gestores estaduais para acesso ao SNIRH - Link RH-Paraguai	52
18	B.7.1 - Aprovar macroalocação de água por UPG na RH-Paraguai e estabelecer vazões de entrega (*)	46
19	C.1.1 - Elaborar estudo para proposição de rede de monitoramento de águas subterrâneas para a RH-Paraguai	40
20	C.1.3 - Atualizar a rede de monitoramento hidrometeorológico (qualidade e quantidade)	36
21	C.1.2 - Elaborar estudo para proposição de ajustes na rede de monitoramento de qualidade das águas superficiais (parâmetros, pontos e frequência)	34
22	B.3.1 - Elaborar detalhamento do plano de ações para as diferentes UPGs da RH-Paraguai em função de suas especificidades	18
23 e 24 (empate)	A.2.4 - Elaborar estudo e proposta de revisão da divisão hidrográfica dos estados em UPGs	16
	A.2.5 - Formalizar a revisão da divisão hidrográfica estadual em UPGs	16

Nota: (*) Conforme definido pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos em sua 40ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de março de 2018, a meta B.7.1 foi posteriormente dirigida ao horizonte temporal de médio prazo do PRH Paraguai.

RESULTADO DA PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – CÁCERES/MT COMPONENTES ESTRATÉGICOS A E B

Oficina Regional realizada em 05/12/2017		
Posição	Ação	Nota Final
1 a 11 (empate)	B.1.1 - Elaborar estudo de proposição para revisão de procedimentos e metodologia de outorga para aproveitamentos hidrelétricos, com base nos resultados parciais consolidados dos estudos em curso pela ANA para a RH-Paraguai	125
	B.1.2 - Desenvolver estudos para o estabelecimento de vazões ou hidrogramas ecológicos para os principais cursos de água da RH-Paraguai	125
	B.1.3 - Elaborar estudo para avaliação da metodologia utilizada para outorga de diluição de efluentes e desenvolver proposição de melhoria, considerando novos parâmetros de monitoramento (ex. bioindicadores) e cargas difusas	125
	B.1.4 - Formalizar revisão dos procedimentos e critérios de outorga de acordo com os resultados dos estudos previamente elaborados (efeito dos aproveitamentos hidrelétricos, definição de vazões/hidrogramas ecológicos e metodologia para outorga de diluição de efluentes)	125
	B.1.5 - Implementar as metodologias e procedimentos de outorga propostos	125
	B.1.6 - Realizar processo de chamamento dos usuários para cadastro e solicitação de outorgas nas microbacias em situação de alto comprometimento hídrico, visando à regularização	125
	B.1.7 - Definir prioridades de usos dos recursos hídricos nas microbacias em situação de alto comprometimento hídrico	125
	B.5.4 - Aprovar/Revisar enquadramento dos corpos de água de domínio estadual	125
	B.5.5 - Implementar o Programa de Efetivação do Enquadramento na RH-Paraguai e elaborar pelo menos um relatório anual de monitoramento e verificação de atendimento às metas progressivas	125
	B.6.3 - Incorporar a base de dados dos estudos de avaliação dos efeitos da implantação de aproveitamentos hidrelétricos, em curso pela ANA, à base da RH-Paraguai no SNIRH	125
	B.8.2 - Desenvolver estudo para a avaliação de metodologias de PSA mais adequadas para implementação na RH-Paraguai	125
12	B.1.8 - Capacitar técnicos dos órgãos gestores para os novos procedimentos estabelecidos	79
13 e 14 (empate)	B.7.2 - Desenvolver estudo de alocação de água em microbacias com altos índices de comprometimento hídrico	64
	B.7.3 - Emitir outorgas coletivas para microbacias com alto índice de comprometimento hídrico de acordo com processos de alocação negociada	64
15 e 16 (empate)	A.1.1 - Elaborar estudo técnico que avalie alternativas de arranjo institucional para a RH-Paraguai, incluindo análise da sustentabilidade técnica, econômica, operacional e de mobilização do CBH Paraguai ou colegiado equivalente	45
	A.1.2 - Formalizar e estruturar o arranjo institucional que se mostrar mais adequado para a RH-Paraguai	45
17	B.3.3 - Atualizar o Manual Operativo do PRH Paraguai	37
18	B.8.1 - Desenvolver estudo de alternativas de instrumentos econômicos para potencial aplicação na RH-Paraguai	21
19	B.3.2 - Revisar Planos de Bacia Existentes	15
20	A.1.3 - Elaborar estudo de alternativas de implementação de Agência de Água ou entidade que possa desempenhar esse papel para a RH-Paraguai	8

RESULTADO DA PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – CÁCERES/MT COMPONENTES ESTRATÉGICOS C E D

Oficina Regional realizada em 05/12/2017		
Posição	Ação	Nota Final
1 a 10 (empate)	C.1.5 - Elaborar relatório anual de monitoramento das vazões de entrega e qualidade das águas com base na rede de monitoramento hidrometeorológico	125
	C.2.2 - Definir e capacitar equipe técnica dos órgãos gestores para a fiscalização de segurança de barragens	125
	C.2.3 - Elaborar plano anual para ações de fiscalização de segurança de barragens	125
	C.2.4 - Implementar ações de fiscalização previstas no plano elaborado, priorizando as barragens com maior criticidade na categoria de risco e dano potencial associado	125
	C.3.2 - Atualizar os PMSBs existentes e em elaboração (aspecto quantitativo)	125
	C.4.2 - Atualizar os PMSBs existentes e em elaboração (aspecto qualitativo)	125
	C.4.3 - Elaborar proposta de ações para a redução dos índices de produção de sedimentos na região de planalto	125
	C.4.5 - Executar serviços e obras para redução das cargas poluidoras remanescentes urbanas atendendo às metas progressivas do enquadramento	125
	C.4.6 - Executar serviços e obras para redução das cargas poluidoras remanescentes de origem difusa na zona rural	125
	D.2.7 - Elaborar relatórios anuais com os resultados do monitoramento da eficácia das ações de conservação de recursos hídricos na RH-Paraguai	125
11	D.1.2 - Implementar ações do Plano de Comunicação e Educação Ambiental e elaborar relatórios anuais de monitoramento da eficiência das ações	117
12	D.2.5 - Contratar projetos de PSA com metodologias propostas no estudo realizado e elaborar relatórios anuais de monitoramento e verificação dos resultados	100
13 e 14 (empate)	C.3.3 - Elaborar estudo para avaliação do potencial de otimização do uso da água na irrigação na RH-Paraguai e apresentar proposta de metas de redução de demandas	76
	C.3.4 - Executar serviços e obras para otimização de usos (irrigação) e redução de perdas (sistemas de abastecimento de água)	76
15	D.1.3 - Realizar curso voltado a produtores rurais relacionado a alternativas de conservação dos recursos hídricos, controle de cargas difusas e de processos erosivos	71
16	D.2.6 - Avaliar critérios relacionados à conservação dos recursos hídricos e considerá-los junto aos critérios do ICMS ecológico como forma de fortalecimento de suas ações	64
17	C.1.4 - Implementar rede de monitoramento de águas subterrâneas	45
18 e 19 (empate)	D.2.1 - Encaminhar para o Estado e União propostas de criação de UCs conforme APCBs instituídas e recomendadas pelo MMA	33
	D.2.3 - Formalizar a criação de pelo menos uma área de restrição de uso dos recursos hídricos conforme proposta apresentada no PRH Paraguai	33
20	D.2.4 - Desenvolver e implementar projetos de proteção e revitalização de APPs	27

RESULTADO DA PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DE CURTO PRAZO – CUIABÁ/MT

Oficina Regional realizada em 06/12/2017		
Posição	Ação	Nota Final
1 a 6 (empate)	B.5.3 - Desenvolver estudos de enquadramento ou revisão para as bacias estaduais (propostas de metas e programas de efetivação)	125
	C.1.1 - Elaborar estudo para proposição de rede de monitoramento de águas subterrâneas para a RH-Paraguai	125
	C.4.1 - Finalizar PMSBs em andamento e elaborar PMSBs faltantes (aspecto qualitativo)	125
	C.4.4 - Elaborar estudo e apresentar proposta de alternativas para redução de cargas poluidoras remanescentes de origem difusa na zona rural	125
	D.1.1 - Elaborar Plano de Comunicação e Educação Ambiental para as Ações do PRH Paraguai	125
	D.2.2 - Desenvolver estudo para avaliação de áreas de vulnerabilidade à contaminação para os aquíferos relacionados aos municípios cujo abastecimento público seja 100% dependente de águas subterrâneas	125
7 a 10 (empate)	B.4.1 - Desenvolver sistema de monitoramento do PRH Paraguai	80
	B.4.2 - Elaborar relatórios anuais de monitoramento do PRH Paraguai e proposta de revisão de metas	80
	B.5.1 - Desenvolver estudos complementares previstos na Resolução CNRH nº 91/2008 para os rios de domínio da União da RH-Paraguai (propostas de metas e programas de efetivação do enquadramento)	80
	B.5.2 - Aprovar enquadramento dos corpos de água de domínio da União	80
11 e 12 (empate)	C.2.1 - Realizar classificação das barragens submetidas à Lei 12.334/2010 quanto à categoria de risco e ao dano potencial associado	64
	C.3.1 - Finalizar PMSBs em andamento e elaborar PMSBs faltantes (aspecto quantitativo)	64
13	B.2.1 - Regulamentar a legislação sobre fiscalização dos usos de recursos hídricos nos estados, com procedimentos e critérios	51
14 e 15 (empate)	A.2.1 - Realizar pelo menos dois cursos de capacitação para os funcionários de cada órgão gestor estadual quanto às responsabilidades relacionadas ao PRH e sistema de gestão	48
	A.2.2 - Desenvolver e aplicar curso de capacitação para os membros dos CBHs estaduais sobre o PRH Paraguai, suas metas, objetivos, diretrizes e programas	48
16	B.7.1 - Aprovar macroalocação de água por UPG na RH-Paraguai e estabelecer vazões de entrega (*)	36
17 e 18 (empate)	A.2.4 - Elaborar estudo e proposta de revisão da divisão hidrográfica dos estados em UPGs	35
	A.2.5 - Formalizar a revisão da divisão hidrográfica estadual em UPGs	35
19 e 20 (empate)	B.6.1 - Inserir o banco de dados do PRH Paraguai no Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos - SNIRH	27
	B.6.2 - Inserir link no SNIRH para acesso direto às informações da RH-Paraguai e link nos sites dos órgãos gestores estaduais para acesso ao SNIRH - Link RH-Paraguai	27
21 e 22 (empate)	C.1.2 - Elaborar estudo para proposição de ajustes na rede de monitoramento de qualidade das águas superficiais (parâmetros, pontos e frequência)	21
	C.1.3 - Atualizar a rede de monitoramento hidrometeorológico (qualidade e quantidade)	21
23	B.3.1 - Elaborar detalhamento do plano de ações para as diferentes UPGs da RH-Paraguai em função de suas especificidades	12
24	A.2.3 - Realizar oficinas de integração anuais entre os CBHs estaduais e o GAP para discussão dos temas de maior relevância para a RH e troca de experiências	8

Nota: (*) Conforme definido pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos em sua 40ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de março de 2018, a meta B.7.1 foi posteriormente dirigida ao horizonte temporal de médio prazo do PRH Paraguai.

RESULTADO DA PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – CUIABÁ/MT COMPONENTES ESTRATÉGICOS A E B

Oficina Regional realizada em 06/12/2017		
Posição	Ação	Nota Final
1 a 4 (empate)	B.1.6 - Realizar processo de chamamento dos usuários para cadastro e solicitação de outorgas nas microbacias em situação de alto comprometimento hídrico, visando à regularização	125
	B.1.7 - Definir prioridades de usos dos recursos hídricos nas microbacias em situação de alto comprometimento hídrico	125
	B.5.4 - Aprovar/Revisar enquadramento dos corpos de água de domínio estadual	125
	B.5.5 - Implementar o Programa de Efetivação do Enquadramento na RH-Paraguai e elaborar pelo menos um relatório anual de monitoramento e verificação de atendimento às metas progressivas	125
5 a 8 (empate)	B.1.1 - Elaborar estudo de proposição para revisão de procedimentos e metodologia de outorga para aproveitamentos hidrelétricos, com base nos resultados parciais consolidados dos estudos em curso pela ANA para a RH-Paraguai	105
	B.1.2 - Desenvolver estudos para o estabelecimento de vazões ou hidrogramas ecológicos para os principais cursos de água da RH-Paraguai	105
	B.1.3 - Elaborar estudo para avaliação da metodologia utilizada para outorga de diluição de efluentes e desenvolver proposição de melhoria, considerando novos parâmetros de monitoramento (ex. bioindicadores) e cargas difusas	105
	B.1.4 - Formalizar revisão dos procedimentos e critérios de outorga de acordo com os resultados dos estudos previamente elaborados (efeito dos aproveitamentos hidrelétricos, definição de vazões/hidrogramas ecológicos e metodologia para outorga de diluição de efluentes)	105
9	B.1.5 - Implementar as metodologias e procedimentos de outorga propostos	83
10 a 12 (empate)	B.1.8 - Capacitar técnicos dos órgãos gestores para os novos procedimentos estabelecidos	80
	B.7.2 - Desenvolver estudo de alocação de água em microbacias com altos índices de comprometimento hídrico	80
	B.7.3 - Emitir outorgas coletivas para microbacias com alto índice de comprometimento hídrico de acordo com processos de alocação negociada	80
13	B.8.2 - Desenvolver estudo para a avaliação de metodologias de PSA mais adequadas para implementação na RH-Paraguai	79
14	B.8.1 - Desenvolver estudo de alternativas de instrumentos econômicos para potencial aplicação na RH-Paraguai	60
15 e 16 (empate)	A.1.1 - Elaborar estudo técnico que avalie alternativas de arranjo institucional para a RH-Paraguai, incluindo análise da sustentabilidade técnica, econômica, operacional e de mobilização do CBH Paraguai ou colegiado equivalente	36
	A.1.2 - Formalizar e estruturar o arranjo institucional que se mostrar mais adequado para a RH-Paraguai	36
17 e 18 (empate)	B.3.3 - Atualizar o Manual Operativo do PRH Paraguai	27
	B.6.3 - Incorporar a base de dados dos estudos de avaliação dos efeitos da implantação de aproveitamentos hidrelétricos, em curso pela ANA, à base da RH-Paraguai no SNIRH	27
19	A.1.3 - Elaborar estudo de alternativas de implementação de Agência de Água ou entidade que possa desempenhar esse papel para a RH-Paraguai	18
20	B.3.2 - Revisar Planos de Bacia Existentes	12

RESULTADO DA PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – CUIABÁ/MT COMPONENTES ESTRATÉGICOS C E D

Oficina Regional realizada em 06/12/2017		
Posição	Ação	Nota Final
1 a 5 (empate)	C.2.2 - Definir e capacitar equipe técnica dos órgãos gestores para a fiscalização de segurança de barragens	125
	C.2.3 - Elaborar plano anual para ações de fiscalização de segurança de barragens	125
	C.2.4 - Implementar ações de fiscalização previstas no plano elaborado, priorizando as barragens com maior criticidade na categoria de risco e dano potencial associado	125
	C.4.5 - Executar serviços e obras para redução das cargas poluidoras remanescentes urbanas atendendo às metas progressivas do enquadramento	125
	D.2.4 - Desenvolver e implementar projetos de proteção e revitalização de APPs	125
6	D.2.7 - Elaborar relatórios anuais com os resultados do monitoramento da eficácia das ações de conservação de recursos hídricos na RH-Paraguai	105
7	C.1.4 - Implementar rede de monitoramento de águas subterrâneas	100
8 e 9 (empate)	C.3.2 - Atualizar os PMSBs existentes e em elaboração (aspecto quantitativo)	99
	C.4.2 - Atualizar os PMSBs existentes e em elaboração (aspecto qualitativo)	99
10 e 11 (empate)	D.1.2 - Implementar ações do Plano de Comunicação e Educação Ambiental e elaborar relatórios anuais de monitoramento da eficiência das ações	92
	D.2.5 - Contratar projetos de PSA com metodologias propostas no estudo realizado e elaborar relatórios anuais de monitoramento e verificação dos resultados	92
12	D.2.6 - Avaliar critérios relacionados à conservação dos recursos hídricos e considerá-los junto aos critérios do ICMS ecológico como forma de fortalecimento de suas ações	80
13	D.1.3 - Realizar curso voltado a produtores rurais relacionado a alternativas de conservação dos recursos hídricos, controle de cargas difusas e de processos erosivos	75
14	C.3.4 - Executar serviços e obras para otimização de usos (irrigação) e redução de perdas (sistemas de abastecimento de água)	64
15	C.4.3 - Elaborar proposta de ações para a redução dos índices de produção de sedimentos na região de planalto	60
16	C.3.3 - Elaborar estudo para avaliação do potencial de otimização do uso da água na irrigação na RH-Paraguai e apresentar proposta de metas de redução de demandas	52
17	C.1.5 - Elaborar relatório anual de monitoramento das vazões de entrega e qualidade das águas com base na rede de monitoramento hidrometeorológico	49
18	C.4.6 - Executar serviços e obras para redução das cargas poluidoras remanescentes de origem difusa na zona rural	27
19	D.2.3 - Formalizar a criação de pelo menos uma área de restrição de uso dos recursos hídricos conforme proposta apresentada no PRH Paraguai	19
20	D.2.1 - Encaminhar para o Estado e União propostas de criação de UCs conforme APCBs instituídas e recomendadas pelo MMA	10

RESULTADO DA PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DE CURTO PRAZO – RONDONÓPOLIS/MT

Oficina Regional realizada em 08/12/2017		
Posição	Ação	Nota Final
1 a 9 (empate)	B.5.1 - Desenvolver estudos complementares previstos na Resolução CNRH nº 91/2008 para os rios de domínio da União da RH-Paraguai (propostas de metas e programas de efetivação do enquadramento)	125
	B.5.2 - Aprovar enquadramento dos corpos de água de domínio da União	125
	B.5.3 - Desenvolver estudos de enquadramento ou revisão para as bacias estaduais (propostas de metas e programas de efetivação)	125
	C.1.1 - Elaborar estudo para proposição de rede de monitoramento de águas subterrâneas para a RH-Paraguai	125
	C.2.1 - Realizar classificação das barragens submetidas à Lei 12.334/2010 quanto à categoria de risco e ao dano potencial associado	125
	C.3.1 - Finalizar PMSBs em andamento e elaborar PMSBs faltantes (aspecto quantitativo)	125
	C.4.1 - Finalizar PMSBs em andamento e elaborar PMSBs faltantes (aspecto qualitativo)	125
	D.1.1 - Elaborar Plano de Comunicação e Educação Ambiental para as Ações do PRH Paraguai	125
	D.2.2 - Desenvolver estudo para avaliação de áreas de vulnerabilidade à contaminação para os aquíferos relacionados aos municípios cujo abastecimento público seja 100% dependente de águas subterrâneas	125
10	A.2.3 - Realizar oficinas de integração anuais entre os CBHs estaduais e o GAP para discussão dos temas de maior relevância para a RH e troca de experiências	80
11 a 13 (empate)	B.2.1 - Regulamentar a legislação sobre fiscalização dos usos de recursos hídricos nos estados, com procedimentos e critérios	64
	B.6.1 - Inserir o banco de dados do PRH Paraguai no Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos - SNIRH	64
	B.7.1 - Aprovar macroalocação de água por UPG na RH-Paraguai e estabelecer vazões de entrega (*)	64
14	A.2.2 - Desenvolver e aplicar curso de capacitação para os membros dos CBHs estaduais sobre o PRH Paraguai, suas metas, objetivos, diretrizes e programas	60
15 e 16 (empate)	B.4.1 - Desenvolver sistema de monitoramento do PRH Paraguai	40
	B.4.2 - Elaborar relatórios anuais de monitoramento do PRH Paraguai e proposta de revisão de metas	40
17 a 21 (empate)	A.2.4 - Elaborar estudo e proposta de revisão da divisão hidrográfica dos estados em UPGs	27
	A.2.5 - Formalizar a revisão da divisão hidrográfica estadual em UPGs	27
	C.1.2 - Elaborar estudo para proposição de ajustes na rede de monitoramento de qualidade das águas superficiais (parâmetros, pontos e frequência)	27
	C.1.3 - Atualizar a rede de monitoramento hidrometeorológico (qualidade e quantidade)	27
	C.4.4 - Elaborar estudo e apresentar proposta de alternativas para redução de cargas poluidoras remanescentes de origem difusa na zona rural	27
22	A.2.1 - Realizar pelo menos dois cursos de capacitação para os funcionários de cada órgão gestor estadual quanto às responsabilidades relacionadas ao PRH e sistema de gestão	18
23	B.3.1 - Elaborar detalhamento do plano de ações para as diferentes UPGs da RH-Paraguai em função de suas especificidades	10
24	B.6.2 - Inserir link no SNIRH para acesso direto às informações da RH-Paraguai e link nos sites dos órgãos gestores estaduais para acesso ao SNIRH - Link RH-Paraguai	8

Nota: (*) Conforme definido pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos em sua 40ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de março de 2018, a meta B.7.1 foi posteriormente dirigida ao horizonte temporal de médio prazo do PRH Paraguai.

**RESULTADO DA PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZOS –
RONDONÓPOLIS /MT – COMPONENTES ESTRATÉGICOS A E B**

Oficina Regional realizada em 08/12/2017		
Posição	Ação	Nota Final
1 a 12 (empate)	A.1.1 - Elaborar estudo técnico que avalie alternativas de arranjo institucional para a RH-Paraguai, incluindo análise da sustentabilidade técnica, econômica, operacional e de mobilização do CBH Paraguai ou colegiado equivalente	125
	A.1.2 - Formalizar e estruturar o arranjo institucional que se mostrar mais adequado para a RH-Paraguai	125
	B.1.1 - Elaborar estudo de proposição para revisão de procedimentos e metodologia de outorga para aproveitamentos hidrelétricos, com base nos resultados parciais consolidados dos estudos em curso pela ANA para a RH-Paraguai	125
	B.1.2 - Desenvolver estudos para o estabelecimento de vazões ou hidrogramas ecológicos para os principais cursos de água da RH-Paraguai	125
	B.1.6 - Realizar processo de chamamento dos usuários para cadastro e solicitação de outorgas nas microbacias em situação de alto comprometimento hídrico, visando à regularização	125
	B.1.7 - Definir prioridades de usos dos recursos hídricos nas microbacias em situação de alto comprometimento hídrico	125
	B.5.4 - Aprovar/Revisar enquadramento dos corpos de água de domínio estadual	125
	B.5.5 - Implementar o Programa de Efetivação do Enquadramento na RH-Paraguai e elaborar pelo menos um relatório anual de monitoramento e verificação de atendimento às metas progressivas	125
	B.6.3 - Incorporar a base de dados dos estudos de avaliação dos efeitos da implantação de aproveitamentos hidrelétricos, em curso pela ANA, à base da RH-Paraguai no SNIRH	125
	B.7.2 - Desenvolver estudo de alocação de água em microbacias com altos índices de comprometimento hídrico	125
	B.7.3 - Emitir outorgas coletivas para microbacias com alto índice de comprometimento hídrico de acordo com processos de alocação negociada	125
	B.8.2 - Desenvolver estudo para a avaliação de metodologias de PSA mais adequadas para implementação na RH-Paraguai	125
13 a 15 (empate)	B.1.3 - Elaborar estudo para avaliação da metodologia utilizada para outorga de diluição de efluentes e desenvolver proposição de melhoria, considerando novos parâmetros de monitoramento (ex. bioindicadores) e cargas difusas	64
	B.1.8 - Capacitar técnicos dos órgãos gestores para os novos procedimentos estabelecidos	64
	B.8.1 - Desenvolver estudo de alternativas de instrumentos econômicos para potencial aplicação na RH-Paraguai	64
16 e 17 (empate)	B.1.4 - Formalizar revisão dos procedimentos e critérios de outorga de acordo com os resultados dos estudos previamente elaborados (efeito dos aproveitamentos hidrelétricos, definição de vazões/hidrogramas ecológicos e metodologia para outorga de diluição de efluentes)	36
	B.1.5 - Implementar as metodologias e procedimentos de outorga propostos	36
18 a 20 (empate)	A.1.3 - Elaborar estudo de alternativas de implementação de Agência de Água ou entidade que possa desempenhar esse papel para a RH-Paraguai	27
	B.3.2 - Revisar Planos de Bacia Existentes	27
	B.3.3 - Atualizar o Manual Operativo do PRH Paraguai	27

**RESULTADO DA PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZOS –
RONDONÓPOLIS /MT – COMPONENTES ESTRATÉGICOS C E D**

Oficina Regional realizada em 08/12/2017		
Posição	Ação	Nota Final
1 a 8 (empate)	C.3.2 - Atualizar os PMSBs existentes e em elaboração (aspecto quantitativo)	125
	C.3.4 - Executar serviços e obras para otimização de usos (irrigação) e redução de perdas (sistemas de abastecimento de água)	125
	C.4.2 - Atualizar os PMSBs existentes e em elaboração (aspecto qualitativo)	125
	C.4.3 - Elaborar proposta de ações para a redução dos índices de produção de sedimentos na região de planalto	125
	C.4.6 - Executar serviços e obras para redução das cargas poluidoras remanescentes de origem difusa na zona rural	125
	D.1.2 - Implementar ações do Plano de Comunicação e Educação Ambiental e elaborar relatórios anuais de monitoramento da eficiência das ações	125
	D.1.3 - Realizar curso voltado a produtores rurais relacionado a alternativas de conservação dos recursos hídricos, controle de cargas difusas e de processos erosivos	125
	D.2.4 - Desenvolver e implementar projetos de proteção e revitalização de APPs	125
9	C.1.4 - Implementar rede de monitoramento de águas subterrâneas	100
10	D.2.5 - Contratar projetos de PSA com metodologias propostas no estudo realizado e elaborar relatórios anuais de monitoramento e verificação dos resultados	95
11	C.4.5 - Executar serviços e obras para redução das cargas poluidoras remanescentes urbanas atendendo às metas progressivas do enquadramento	87
12	C.3.3 - Elaborar estudo para avaliação do potencial de otimização do uso da água na irrigação na RH-Paraguai e apresentar proposta de metas de redução de demandas	69
13 a 15 (empate)	C.2.2 - Definir e capacitar equipe técnica dos órgãos gestores para a fiscalização de segurança de barragens	41
	C.2.3 - Elaborar plano anual para ações de fiscalização de segurança de barragens	41
	C.2.4 - Implementar ações de fiscalização previstas no plano elaborado, priorizando as barragens com maior criticidade na categoria de risco e dano potencial associado	41
16 a 18 (empate)	C.1.5 - Elaborar relatório anual de monitoramento das vazões de entrega e qualidade das águas com base na rede de monitoramento hidrometeorológico	27
	D.2.6 - Avaliar critérios relacionados à conservação dos recursos hídricos e considerá-los junto aos critérios do ICMS ecológico como forma de fortalecimento de suas ações	27
	D.2.7 - Elaborar relatórios anuais com os resultados do monitoramento da eficácia das ações de conservação de recursos hídricos na RH-Paraguai	27
19	D.2.1 - Encaminhar para o Estado e União propostas de criação de UCs conforme APCBs instituídas e recomendadas pelo MMA	8
20	D.2.3 - Formalizar a criação de pelo menos uma área de restrição de uso dos recursos hídricos conforme proposta apresentada no PRH Paraguai	3

***INDICAÇÃO DE ÁREAS SUJEITAS
À RESTRIÇÃO DE USOS VISANDO À
PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS***

Por ocasião das Oficinas Regionais, paralelamente aos três grupos que trabalharam na dinâmica de análise e priorização das ações do PRH Paraguai, foi também formado um quarto grupo de trabalho, que focou especificamente na análise e contribuições sobre as propostas apresentadas no Plano para delimitação futura de áreas sujeitas a restrições de usos visando à proteção dos recursos hídricos.

Inicialmente, foi realizada uma explicação detalhada aos participantes do grupo sobre os critérios e aspectos considerados no PRH Paraguai para a identificação e proposição dessas áreas. Os mapas-síntese das áreas de restrição de usos propostas na RH-Paraguai considerando tanto os aspectos ambientais (Figura 1) como os aspectos relativos aos usos consuntivos dos recursos hídricos¹ (Figura 2) foram também apresentados em detalhes ao grupo.

Na sequência, foram disponibilizados mapas impressos em formato A0 das áreas de restrição de uso propostas pelo PRH Paraguai, nos quais os participantes registraram livremente suas contribuições, tendo como norte as seguintes perguntas centrais: (i) existe alguma Unidade de Conservação ou Terra Indígena que não se encontra mapeada? (Figura 1); (ii) existe alguma área crítica que não garanta os usos múltiplos dos recursos hídricos e que não se encontra mapeada? (Figura 2); e (iii) segundo a percepção do grupo, qual é a ordem de prioridade das áreas mapeadas e/ou das contribuições fornecidas, de modo a direcionar os órgãos gestores de recursos hídricos na priorização de suas ações?

Posteriormente às oficinas, todas as contribuições foram compiladas, analisadas e incorporadas, no que pertinente, às propostas de áreas sujeitas a restrições de usos visando à proteção dos recursos hídricos apresentadas no PRH Paraguai.

Registram-se, na sequência, todas as contribuições recebidas nas Oficinas Regionais referentes ao tema.

¹ Os usos consuntivos são caracterizados por haver o consumo de água, sendo eles: abastecimento humano (urbano e rural), dessedentação animal, irrigação, abastecimento industrial e mineração. Os aspectos relativos aos usos consuntivos estão intimamente ligados aos resultados dos balanços hídricos quali-quantitativos atuais e futuros, apresentados nas etapas de Diagnóstico e Prognóstico do PRH Paraguai.

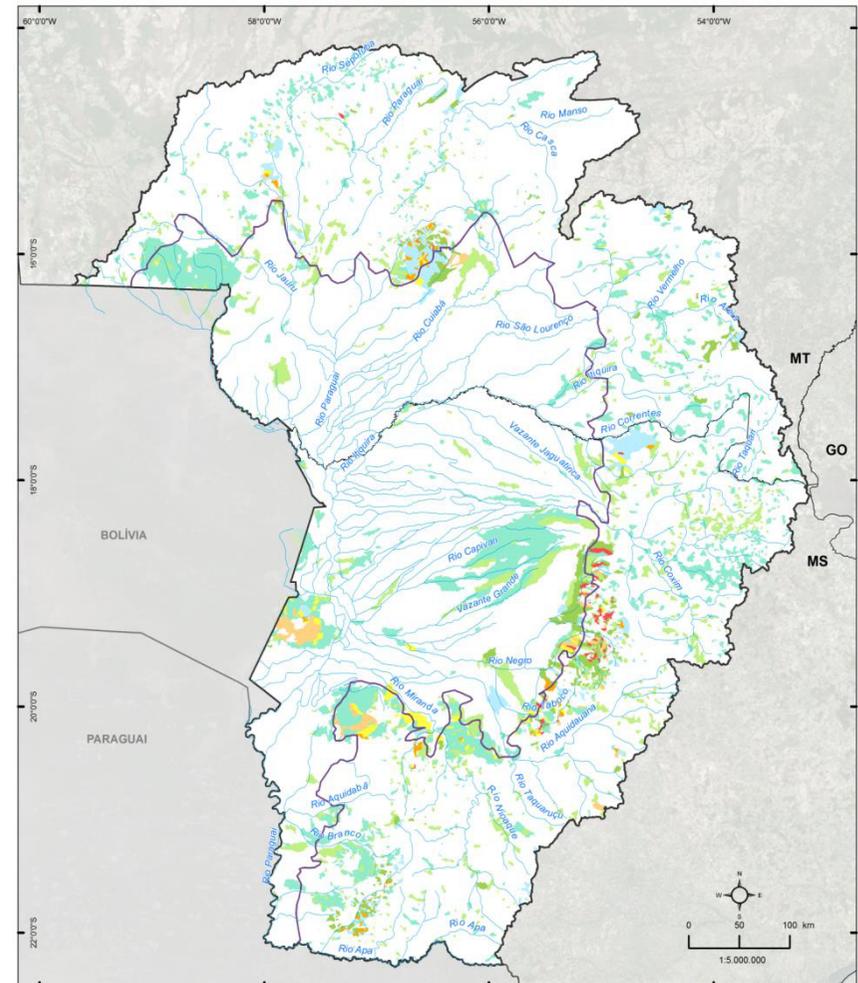
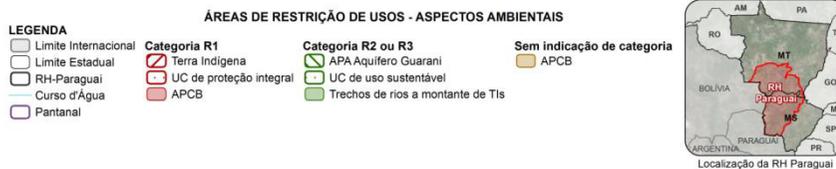
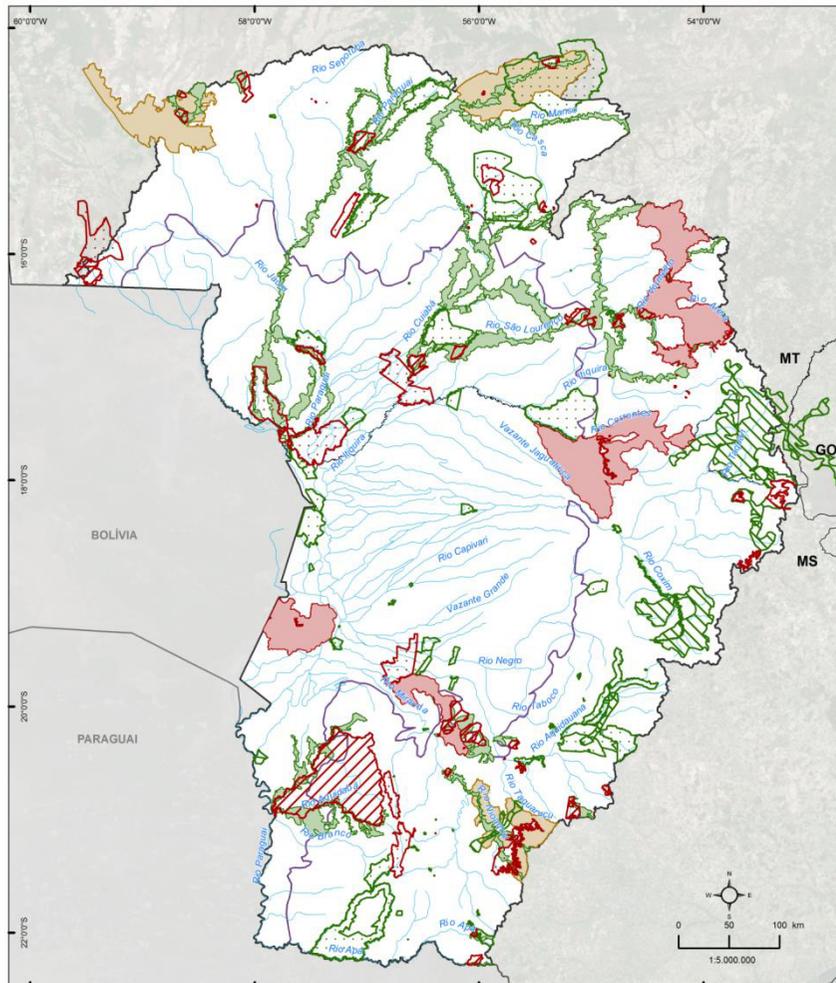


Figura 1 – Áreas de restrição de usos propostas na RH-Paraguai Aspectos Ambientais

Figura 2 – Áreas de restrição de usos propostas na RH-Paraguai – Usos consuntivos dos recursos hídricos

Coxim/MS - Oficina Regional realizada em 21/11/2017

Com relação aos aspectos ambientais, as contribuições recebidas na oficina de Coxim foram:

- ✓ Apoio à implantação de corredor ecológico para interligação entre os biomas Cerrado e Pantanal através dos rios Taquari, Jauru, Coxim e Negro, e de corredor ecológico para interligação entre os biomas Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal através do rio Miranda, ambos visando à conservação da biodiversidade²;
- ✓ Existência de Unidades de Conservação estaduais ou municipais no estado de Mato Grosso do Sul cadastradas no Sista - Sistema Interativo de Suporte ao Licenciamento Ambiental³ e não mapeadas na base de dados do ICMBio⁴;
- ✓ Presença dos Rios Cênicos como categoria de unidades de conservação estaduais estabelecida no estado de Mato Grosso do Sul. Embora não definida no SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei Federal nº 9.985, de 18/07/2000), a Lei Estadual nº 2.223, de 11/04/2001, em seu Art. 2º, estabelece que *“os rios-cênicos são unidades de conservação na forma de faixas lineares em áreas de propriedade privada ou de domínio público, compreendendo a totalidade ou parte de um rio com alto valor panorâmico, cultural ou recreativo, incluindo como limites os leitos e todas as terras adjacentes essenciais para a integridade paisagística e ecossistêmica do rio assim designado”*. Entretanto, o Sistema Estadual de Unidades de Conservação de Mato Grosso do Sul ainda precisa ser aprovado por Lei para que os Rios Cênicos passem a constituir categoria formal de unidades de conservação no estado⁵;
- ✓ Presença dos Rios Cênicos como categoria de unidades de conservação municipais estabelecida no Sistema Municipal de Unidades de Conservação de Coxim, instituído pela Lei Municipal nº 1.064/2002, de 02 de junho de 2002.

Quanto ao mapa de usos consuntivos dos recursos hídricos, foram recebidas as seguintes contribuições, já listadas na ordem de prioridade indicada para as ações de gestão:

- ✓ 1º: Conflito já instalado há muitos anos entre os usuários do baixo e do alto Taquari (proprietários rurais x pescadores profissionais). Foi relatado que a região do Caronal, localidade no início do leque aluvial do rio Taquari no município de Coxim (MS), vem sofrendo com a ação de proprietários rurais que estão realizando o fechamento de canais divergentes para diminuição das áreas alagáveis e ganho de áreas de pastagem, provocando interferências no caminhamento do leito principal do rio Taquari e na rota

² A delimitação desses corredores ecológicos encontra-se disponível no SISLA - Sistema Interativo de Suporte ao Licenciamento Ambiental <<http://sisla.imasul.ms.gov.br>>. Acesso em janeiro de 2018.

³ <<http://sisla.imasul.ms.gov.br>>. Acesso em janeiro de 2018.

⁴ ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Sistema de Mapas Interativos das Unidades de Conservação do Brasil. Disponível em: <<http://mapas.icmbio.gov.br/>>. Acesso em setembro de 2017.

⁵ Segundo contribuição recebida do CIDEMA (Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa), este foi o motivo pelo qual a UC Rio Cênico Rotas Monçoeiras foi categorizada como APA em sua criação (Decreto 9.934, de 05/06/2000).

migratória de peixes, impedindo que os peixes retornem para a parte baixa do rio após a desova e provocando sua mortandade.

Nesse contexto, cabe destacar o “Programa de Ações para Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Recuperação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari” publicado pelo IMASUL em outubro de 2016, que já retrata os conflitos relatados no leque do Taquari e propõe ações específicas para seu equacionamento. Conforme informações divulgadas na mídia em 06/12/2017⁶, o Governo Federal pretende lançar em março de 2018 o edital público para captação de recursos, via conversão de multas ambientais devidas por terceiros à União, que serão investidos na recuperação e preservação da bacia hidrográfica do rio Taquari, com base nos projetos e propostas de intervenção apresentados pelo Governo do Estado e pelo COINTA (Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari), com anuência técnica da Agência Nacional de Águas, marcando um importante avanço no caminho para a solução do conflito acima relatado;

- ✓ 2º: Necessidade de proteção das nascentes dos rios Piquiri, Taquari, Jauru e Coxim que, além de áreas de nascentes, foram indicadas como áreas de recarga de aquíferos, com elevada fragilidade geológica dada a presença de solos arenosos e alta susceptibilidade a processos erosivos, verificando-se também a ocorrência de afloramentos do aquífero Guarani;
- ✓ 3º: Contaminação de aquífero livre utilizado para abastecimento humano no município de São Gabriel do Oeste/MS, em função da grande incidência de agricultura.

Bonito/MS - Oficina Regional realizada em 22/11/2017

As contribuições recebidas na oficina de Bonito/MS são apresentadas abaixo, na ordem de prioridade indicada para as ações de gestão:

- ✓ 1º: Ocorrência de lançamento de esgotos *in natura* advindos de Bonito, associado à baixa capacidade da ETE (Estação de Tratamento de Esgotos) do município, que não tem capacidade para atender à demanda da população flutuante (a população de Bonito chega a dobrar na alta temporada). O lançamento de efluentes ocorre no córrego Bonito, afluente do rio Formoso, causando deterioração da qualidade da água de ambos os rios. Relatou-se que já existem dois estudos do IMASUL que mostram a contaminação de suas águas por E. coli;
- ✓ 2º: Sugestão de criação de norma que restrinja o uso da água na região do banhado dos rios Formoso e da Prata, em função dos seguintes aspectos: (i) o uso da água para alimentar empreendimentos de fins turísticos/ contemplativos (açudes e lagoas artificiais) vem gerando conflito e prejuízos aos demais usos da água; (ii) a retirada de água da bacia do rio Formoso para abastecimento público do município de Bonito/MS vem

⁶<<https://www.campograndenews.com.br/politica/ministro-diz-a-azambuja-que-recuperacao-do-taquari-tera-inicio-em-marco>>. Acesso em janeiro de 2018.

gerando opiniões favoráveis e contrárias da população local (uma alternativa seria a retirada de água do rio Miranda, que ainda não se viabilizou devido às grandes distâncias envolvidas); e (iii) já houve tentativa de criação de unidade de conservação municipal na região do banhado, que gerou conflitos devido a potenciais prejuízos às atividades produtivas desenvolvidas no local;

- ✓ 3º: Sugestão de criação de norma que restrinja o uso econômico do banhado das nascentes do rio Perdido (área externa ao PARNA Serra da Bodoquena), através da definição de área sujeita à restrição de uso dos recursos hídricos na categoria R1, visando à proteção das nascentes do rio Perdido e das águas que chegam ao Parque Nacional da Serra da Bodoquena;
- ✓ 4º: O ICMBio registrou que é contrário à implantação das PCHs previstas no rio Perdido por conta dos potenciais impactos causados ao Parque Nacional da Serra da Bodoquena (situado a montante dos eixos previstos para os aproveitamentos hidrelétricos). Foram citados impactos à fauna aquática da região e à própria dinâmica do rio Perdido, em função da criação de lagos e a consequente transformação de ambientes lóticos em lânticos;
- ✓ 5º: Ocorrência de invasão em propriedades privadas rurais pelos indígenas da aldeia Kadiwéu;
- ✓ 6º: Necessidade de regularização fundiária das áreas do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, haja vista que aproximadamente 76 mil hectares foram decretados como área do Parque, porém apenas 14 mil hectares encontram-se atualmente regularizados;
- ✓ 7º: Conflito entre a SPU - Secretaria do Patrimônio da União e os proprietários de áreas que fazem margem com o rio Formoso, relativo ao domínio das APPs.

Corumbá/MS - Oficina Regional realizada em 24/11/2017

As contribuições recebidas na oficina de Corumbá/MS são apresentadas abaixo, na ordem de prioridade indicada para as ações de gestão:

- ✓ 1º: Existência de Lei Municipal de Corumbá/MS delimitando área na região do leque aluvial do rio Taquari a partir de estudo realizado pelo Governo Federal por meio da EMBRAPA PANTANAL, e definindo esta área como prioritária para Compensação de Reserva Legal - CRL de Cerrado e Mata Atlântica e como prioritária para recebimento de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA (Lei Municipal nº 2.598, de 17 de outubro de 2017);
- ✓ 2º: Indicação de Zona Prioritária de Produção Sustentável localizada na região de planalto da RH-Paraguai, estendendo-se pelos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e entendida como prioritária para a adoção de soluções tecnológicas como o Sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e o Sistema Agroflorestal (SAF). Equivale a uma “área tampão” para recomposição de vegetação na região de planalto,

visando diminuir as pressões geradas pela agropecuária sobre os recursos hídricos e o meio ambiente, tais como as decorrentes da erosão e perda de fertilidade dos solos, do assoreamento dos cursos de água e da poluição do solo e da água;

- ✓ 3º: Indicação das áreas de nascentes dos rios Taquari, Jauru, Coxim, Negro, Aquidauana e Miranda como prioritárias em programas para recebimento de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA;
- ✓ 4º: Importância das Áreas de Preservação Permanente (APP) na zona de transição planalto – planície, que têm papel determinante na proteção dos recursos hídricos, já que a supressão vegetal nessas áreas tem contribuído muito para o aporte de sedimentos e o agravamento do nível de rios na planície pantaneira;
- ✓ 5º: Conflito já instalado há muitos anos entre os usuários do baixo e do alto Taquari (proprietários rurais x pescadores profissionais). Foi relatado que os proprietários rurais na região do baixo Taquari vêm sofrendo com a ação de pescadores profissionais que provocam a abertura de arrombados no leito do rio Taquari, aproximadamente 100 km a jusante de Coxim/MS e a montante do início do leque aluvial, para concentrar os peixes em baías e facilitar a pesca predatória com o uso de rede. A prática resulta no aumento do assoreamento e das inundações na região do baixo Taquari e, conseqüentemente, na perda de áreas produtivas para pastagem, trazendo prejuízos ao desenvolvimento da pecuária na região.

Nesse contexto, cabe mais uma vez destacar o “Programa de Ações para Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Recuperação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari” publicado pelo IMASUL em outubro de 2016, que já retrata os conflitos relatados no leque do Taquari e propõe ações específicas para seu equacionamento. Conforme já citado, informações divulgadas na mídia em 06/12/2017⁷ afirmam que o Governo Federal pretende lançar em março de 2018 o edital público para captação de recursos, via conversão de multas ambientais devidas por terceiros à União, que serão investidos na recuperação e preservação da bacia hidrográfica do rio Taquari, marcando um importante avanço no caminho para a solução dos conflitos relatados nas oficinas de Coxim e Corumbá (MS) envolvendo a região do leque do Taquari;

- ✓ 6º: Conflito na região da barra do rio São Lourenço, onde uma pequena comunidade que vive da captura de isca vem enfrentando restrições a partir da zona de amortecimento do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense, as quais necessitam ser equacionadas;
- ✓ 7º: Apoio à implantação do Corredor Ecológico Pantanal Norte/Sul, interligando a RPPN Estância Ecológica SESC Pantanal e o Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense.

⁷<<https://www.campograndenews.com.br/politica/ministro-diz-a-azambuja-que-recuperacao-do-taquari-tera-inicio-em-marco>>. Acesso em janeiro de 2018.

Por fim, registrou-se a importância do Decreto Estadual nº 14.273, de 8 de outubro de 2015, que dispõe sobre a Área de Uso Restrito da planície inundável do Pantanal no estado de Mato Grosso do Sul, delimitada a partir do Zoneamento Ecológico-Econômico do estado (Lei Estadual nº 3.839, de 28 de dezembro de 2009), para efeito da exploração ecologicamente sustentável e uso alternativo do solo. O Decreto regulamenta o Art. 10º do Código Florestal Brasileiro (Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012) e o próprio Zoneamento Ecológico-Econômico do estado, trazendo normas concernentes ao ordenamento territorial e à exploração econômica da planície pantaneira sul-mato-grossense.

Cáceres/MT - Oficina Regional realizada em 05/12/2017

Com relação aos aspectos ambientais, as contribuições recebidas em Cáceres foram:

- ✓ Existência da APA da Cachoeira Salto Maciel, de administração municipal (criada pela Lei nº 4.323, de 11 de novembro de 2014, do município de Tangará da Serra);
- ✓ Existência da APA da Cachoeira do Salto das Nuvens, de administração municipal (criada pela Lei nº 4.303, de 17 de outubro de 2014, do município de Tangará da Serra)⁸;
- ✓ Apoio à criação das Unidades de Conservação correspondentes às APCBs Cabeceiras do rio Jauru (código MMA nº 129) e Rio Cuiabá (código MMA nº 126), propostas pelo Ministério do Meio Ambiente para criação de Unidade de Conservação (sem indicação de grupo);
- ✓ Apoio à meta D.2.2 do PRH Paraguai, visando o mapeamento das áreas de vulnerabilidade à contaminação dos aquíferos na região das nascentes do rio Paraguai destinados ao abastecimento público, e sugestão de posterior criação de Unidades de Conservação e de área sujeita à restrição de uso dos recursos hídricos na categoria R2;
- ✓ Apoio à criação das áreas de proteção ambiental do Aquífero Guarani definidas por ANA/ENGEORPS (2014)⁹ a partir de análises dos mapeamentos da vulnerabilidade natural do aquífero à contaminação, do uso e ocupação do solo e do perigo de contaminação associado às atividades antrópicas urbanas e rurais, e sugestão de posterior criação de área sujeita à restrição de uso dos recursos hídricos na categoria R2;
- ✓ Sugestão de criação de áreas sujeitas à restrição de uso dos recursos hídricos na categoria R2 para aproveitamentos hidrelétricos nos rios Sepotuba e Cabaçal.

Quanto aos usos consuntivos dos recursos hídricos, as contribuições foram:

⁸ Em consulta realizada ao Sistema Nacional de Unidades Conservação em janeiro de 2018 <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>> constatou-se que as APAs da Cachoeira Salto Maciel e da Cachoeira do Salto das Nuvens não estão inseridas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação.

⁹ ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS; ENGEORPS ENGENHARIA S.A. Estudo de Vulnerabilidade Natural à Contaminação e Estratégias de Proteção do Sistema Aquífero Guarani nas Áreas de Afloramento. Resumo Executivo. Documento nº 1204-ANA-00-GL-RT-0002-R1, 2014, publicado em 2016. 111p.

- ✓ Necessidade de proteção dos mananciais para abastecimento público, superficiais e subterrâneos;
- ✓ Necessidade de implementação do saneamento básico - coleta e destinação de resíduos sólidos e esgotos, juntamente com o ordenamento territorial;
- ✓ Sugestão de criação de áreas sujeitas à restrição de uso dos recursos hídricos na categoria R2 para aproveitamentos hidrelétricos nos rios livres de barragens, tendo-se destacado os rios Sepotuba, Cabaçal e Cuiabazinho;
- ✓ Sugestão de criação de área sujeita à restrição de uso dos recursos hídricos na categoria R2 para a Hidrovia Paraná-Paraguai em seu tramo norte, entre Cáceres/MT e Corumbá/MS.

A classificação indicada para as áreas mapeadas e/ou as contribuições fornecidas, em ordem de prioridade para as ações de gestão, foi:

- ✓ 1º: necessidade de proteção dos mananciais para abastecimento público, superficiais e subterrâneos e necessidade de implementação do saneamento básico - coleta e destinação de resíduos sólidos e esgotos;
- ✓ 2º: sugestão de criação de áreas sujeitas à restrição de uso dos recursos hídricos na categoria R2 para aproveitamentos hidrelétricos nos rios livres de barragens e criação de área sujeita à restrição de uso dos recursos hídricos na categoria R2 para a Hidrovia Paraná-Paraguai em seu tramo norte;
- ✓ 3º: apoio à criação das Unidades de Conservação correspondentes às APCBs Cabeceiras do rio Jauru (código MMA nº 129) e Rio Cuiabá (código MMA nº 126), propostas pelo Ministério do Meio Ambiente para criação de Unidade de Conservação (sem indicação de grupo), e apoio ao mapeamento das áreas de vulnerabilidade à contaminação dos aquíferos na região das nascentes do rio Paraguai destinados ao abastecimento público com posterior criação de Unidades de Conservação e de área sujeita à restrição de uso dos recursos hídricos na categoria R2.

Cuiabá/MT - Oficina Regional realizada em 06/12/2017

Com relação aos aspectos ambientais, as contribuições recebidas em Cuiabá foram:

- ✓ Apoio à criação de Unidade de Conservação correspondentes à APCB Cabeceiras do rio Jauru (código MMA nº 129), proposta pelo Ministério do Meio Ambiente para criação de Unidade de Conservação (sem indicação de grupo);
- ✓ Identificação de diversas áreas em estudo pelo ICMBio para futura criação de Unidades de Conservação ou ampliação de UCs já existentes em Mato Grosso (ESEC Serra das Araras e ESEC Taiamã). O mapeamento digital com a delimitação exata das áreas em estudo deve ser fornecido pela sede ICMBio;

- ✓ Potencial conflito gerado pela APBC Rio Prata (código MMA nº 156), proposta pelo Ministério do Meio Ambiente para criação de Unidade de Conservação de Proteção Integral com prioridade Extremamente Alta em região próxima à sede municipal de Poxoréo/MT em que se já verifica a presença de atividade minerária;
- ✓ Ausência de Plano de Manejo nas APAs Cabeceiras do Rio Cuiabá, Nascentes do Rio Paraguai e Aricá-Açu;
- ✓ Necessidade de ampliação e readequação dos limites da APA Nascentes do Rio Paraguai, nos municípios de Alto Paraguai e Diamantino (MT), visando melhor proteção dos mananciais;
- ✓ Sugestão de criação de APA nas nascentes do rio Vermelho e no rio São Lourenço na região de Jaciara e São Pedro da Cipa (MT), visando à proteção das nascentes dos rios formadores do Pantanal, e posterior criação de áreas sujeitas à restrição de uso dos recursos hídricos na categoria R2;
- ✓ Existência de conflito entre o cultivo de soja e o turismo na região dos municípios de Diamantino, Alto Paraguai e Nobres (MT), tendo como ponto crítico a região das lagoas em Alto Paraguai;
- ✓ Sugestão de criação de área sujeita à restrição de uso dos recursos hídricos na categoria R2 englobando a planície pantaneira, visando à proteção do bioma Pantanal;
- ✓ Sugestão de criação de áreas sujeitas à restrição de uso dos recursos hídricos na categoria R2 para aproveitamentos hidrelétricos nos rios livres de barragens, tendo-se destacado os rios Sepotuba, Cabaçal, Alto Paraguai, Cuiabazinho, Juaquara, Mutum e Aricá, em Mato Grosso. Nesse contexto, foi também dado um informe de que, em 05/12/17, o Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU) aprovou recomendação para conservação das sub-bacias livres de barragens ainda existentes na bacia do Alto Paraguai. Destaca-se que esta recomendação e a respectiva Ata de Reunião não se encontram disponíveis no site do CNZU até a presente data;
- ✓ Sugestão de criação de área sujeita à restrição de uso dos recursos hídricos na categoria R2 para a navegação industrial na Hidrovia Paraná-Paraguai em seu tramo norte, entre Cáceres/MT e Corumbá/MS. Nesse contexto, foi também dado um informe de que, em 05/12/17, o CNZU aprovou recomendação para a manutenção do rio Paraguai livre da navegação industrial em seu tramo norte. Destaca-se que esta recomendação e a respectiva Ata de Reunião não se encontram disponíveis no site do CNZU até a presente data.

Quanto aos usos consuntivos dos recursos hídricos, as contribuições foram:

- ✓ Há municípios onde os Planos Municipais de Saneamento Básico já se encontram finalizados, porém falta aprovação via Lei Municipal para concretizar o início de suas ações;

- ✓ Destacou-se a alta carga de poluentes lançada pelos municípios nos corpos hídricos, sendo o uso urbano indicado como gerador de grandes conflitos de qualidade da água;
- ✓ Nas áreas rurais, destacou-se o problema da poluição difusa gerada por agrotóxicos e sedimentos (perda de solos);
- ✓ Registrou-se a existência de conflito de competência para emissão de outorgas em área de hidrotermalismo que engloba os municípios de Dom Aquino, Jaciara, São Pedro da Cipa e Juscimeira (MT), sugerindo-se a articulação do tema entre os especialistas da SEMA/MT, ANA e DNPM, com possível contribuição de pesquisadores de outras entidades, visando à elaboração de proposta para solução do conflito.

Na oficina de Cuiabá, não houve classificação das áreas mapeadas e/ou das contribuições fornecidas em ordem de prioridade para as ações de gestão.

Rondonópolis/MT - Oficina Regional realizada em 08/12/2017

Com relação aos aspectos ambientais, os seguintes conflitos foram indicados:

- ✓ APBC Rio Prata (código MMA nº 156) proposta pelo Ministério do Meio Ambiente para criação de Unidade de Conservação de Proteção Integral com prioridade Extremamente Alta em região próxima à sede municipal de Poxoréo/MT em que se verifica atualmente a presença de muitos assentamentos de pequenos produtores;
- ✓ APBC Rio Prata (código MMA nº 156) proposta pelo Ministério do Meio Ambiente para criação de Unidade de Conservação de Proteção Integral com prioridade Extremamente Alta em região próxima à sede municipal de São José do Povo/MT em que também se verifica atualmente a presença de assentamentos de pequenos produtores.

Quanto ao mapa de usos consuntivos dos recursos hídricos, as contribuições foram:

- ✓ Registrou-se área que engloba os municípios de Poxoréo, Dom Aquino, Jaciara, São Pedro da Cipa, Juscimeira e São José do Povo (MT) em função do hidrotermalismo;
- ✓ Questionou-se a base de dados que gerou o mapeamento de conflito quanti-qualitativo em área localizada dentro do Parque Estadual Dom Osório Stoffel (UC de Proteção Integral), onde a princípio não deveria haver nenhum uso da água. Verificação realizada a posteriori concluiu que o conflito mapeado ocorre em duas microbacias externas à área do Parque, nas quais o mapeamento do uso do solo¹⁰ identifica a presença de áreas de pastagem e áreas de influência urbana do município de Rondonópolis;
- ✓ Registrou-se que os principais conflitos de qualidade da água estão localizados próximos aos centros urbanos, sendo essas as principais áreas de restrição com relação à qualidade da água.

Na oficina de Rondonópolis/MT, não houve classificação das áreas mapeadas e/ou das contribuições fornecidas em ordem de prioridade para as ações de gestão.

¹⁰ Instituto SOS Pantanal et al. Monitoramento das alterações da cobertura vegetal e uso do solo na Bacia do Alto Paraguai – Porção Brasileira: Período de Análise: 2010 a 2012 (3ª edição). Brasília, 2014.

ATORES RELEVANTES NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PRH PARAGUAI

Registram-se a seguir as contribuições recebidas durante as Reuniões Públicas em relação aos mecanismos de acompanhamento da implementação das ações do PRH Paraguai, com indicação dos atores considerados relevantes no processo.

Coxim/MS - Reunião Pública realizada em 20/11/2017

- GAP – Grupo de Acompanhamento do PRH Paraguai
- Imasul
- Universidades UEMS, IFMS e UFMS
- COINTA
- Usina Sonora
- Fórum Rota Norte
- COMTUR – Conselho Municipal de Turismo
- Famasul
- Prefeituras
- Assomasul
- Sindicatos
- EMBRAPA
- APA Rio Cênico e Conselhos das UCs
- ENGE
- FIEMS
- Câmaras Municipais
- OAB
- Ministério Público Estadual e Federal
- AGRAER
- Federação de pescadores
- Polícia Ambiental
- Consórcios regionais

Para divulgação das ações e mobilização de atores foi sugerido também:

- Realização de eventos periódicos
- Divulgação em site ou rede social: Sistema Estadual de recursos hídricos; Comitês, Consórcios, Conselhos

Bonito/MS - Reunião Pública realizada em 22/11/2017

- GAP – Grupo de Acompanhamento do PRH Paraguai
- Conselhos Municipais de Meio Ambiente
- Sindicatos Rurais dos Municípios
- Universidades – Estaduais, Federais. Exemplos: Dourado, Jardim
- Fundação MS
- SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
- Secretarias Municipais de Turismo e Desenvolvimento
- ONGs: Fundação Neotrópica, IASB, ECOA, Santuário do Prata (município de Jardim), UNIPAN (União dos Pantaneiros), SODEPAN, MUPAN
- ACRIVAN – Associação dos Criadores do Vale do Aquidabam e Nabileque
- Polícia Ambiental (PMA)
- ICMBio
- IBAMA
- AGRAER
- CREA
- Ministério Público
- Prefeituras Municipais
- Associação Brasileira de Pecuária Orgânica
- INCRA

Corumbá/MS - Reunião Pública realizada em 23/11/2017

- Associações de Turismo
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- Diretores de Escolas Pantaneiras
- Escolas rurais (Taquari, Barra de São Lourenço e distritos)
- Associações Rurais
- Escolas das Águas (são constituídas por cinco Unidades-Polo e cinco Extensões que estão situadas em diferentes regiões pantaneiras de Mato Grosso do Sul. Todas respondem a mesma direção escolar que está sediada na cidade de Corumbá)
- Fundação de Meio Ambiente do Pantanal
- Defesa Civil
- Secretaria de Educação
- Prefeitura Municipal
- Superintendência do Patrimônio da União em Mato Grosso do Sul (SPU/MS)
- Marinha
- CPRM
- Comitês localizados nas áreas de atuação das instituições citadas

Cáceres/MT - Reunião Pública realizada em 04/12/2017

- IMEA – Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária
- FECOMERCIO MT – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso
- UNEMAT
- CREA/MT
- IESCBAP – Instituto Ecológico e Sociocultural da Bacia Platina
- Prefeitura Municipal de Cáceres
- ACRIMAT - Associação dos Criadores de Mato Grosso

Cuiabá/MT - Reunião Pública realizada em 06/12/2017

- Comunidades tradicionais além dos indígenas (pescadores, quilombolas, etc.)

Rondonópolis/MT - Reunião Pública realizada em 07/12/2017

- Representantes de comitês de bacia e de municípios;
- Associações/cooperativas de produtores (Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso – CRIASUL, Associação dos Criadores de Suínos de Mato Grosso – ACRISMAT, Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão –AMPA, Associação dos Criadores de Mato Grosso – ACRIMAT, Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso – APROSOJA, Cooperativa Mista de Piscicultura e Agropecuária do Cerrado – COOPERFISH)



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Contatos



Agência Nacional de Águas - ANA
Setor Policial, área 5, Quadra 3, Blocos "B", "L", "M" e "T".
CEP: 70610-200 - Brasília - DF - Brasil
PABX: (61) 2109-5400 / (61) 2109-5252
www.ana.gov.br



CORPS
Grupo TYP SA

Engecorps Engenharia S.A.
Alameda Tocantins 125, 4º andar -
CEP: 06455-020 - Alphaville - Barueri - SP - Brasil
Tel: (11) 2135-5252 | Fax: (11) 2135-5244
www.engecorps.com.br